



**UNIVERSIDADE
DO BRASIL**
UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

ILZANI VALEIRA DOS SANTOS

**PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO NA ESCOLA PRIMÁRIA
PÚBLICA NO INTERIOR FLUMINENSE (1880-1905): UMA
ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES E SEUS
SUJEITOS**

Rio de Janeiro, junho de 2013.

**ILZANI VALEIRA DOS SANTOS
PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO NA ESCOLA PRIMÁRIA PÚBLICA NO
INTERIOR FLUMINENSE (1880-1905): UMA ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES
ESCOLARES E SEUS SUJEITOS**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Educação, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Educação, pela
Universidade Federal do Rio de Janeiro.**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Irma Rizzini

Rio de Janeiro, junho de 2013.

ILZANI VALEIRA DOS SANTOS

**PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO NA ESCOLA PRIMÁRIA PÚBLICA NO
INTERIOR FLUMINENSE (1880-1905): UMA ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES
ESCOLARES E SEUS SUJEITOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Irma Rizzini (UFRJ)

Prof^a. Dr^a. Alessandra Frota Martinez de Schueler (UFF)

Prof^a. Dr^a. Sonia Maria de Castro Nogueira Lopes (UFRJ)

AGRADECIMENTOS

*“Eu agradeço, eu agradeço a você
Muito obrigado por toda a beleza que você nos deu
Sua presença, eu reconheço
Foi a melhor recompensa
Que a vida nos ofereceu” (Vinicius de Moraes)*

Ao dono de minha história, da minha vida e que me dá forças para enfrentar desafios tais como este! Obrigada, Deus!

Agradeço aos meus pais Luiz Carlos e Ilza. Ele, das terras mineiras, ela, fluminense do Vale do Café. Sempre foram meu apoio, abrigo, amparo, colo. Amarei vocês para sempre! É um privilégio chamá-los de pais. Faço-o junto à Silvani, minha irmã! Obrigada!

Aos amigos e irmãos na caminhada. Amigos na vida, irmãos para sempre: Jordânia Guedes, Edwilson Andrade, Vivian Dutra, Patrícia Calado, Maria Cecília, Alexandre Ribeiro. Gente forte e contagiante que conheci na trajetória acadêmica! Obrigada por cada pesquisa compartilhada, trabalho revisado, força e cuidado!

Sou muito grata à Elizama, pelos sonhos compartilhados desde o vestibular, e que agora compartilhamos no Mestrado, e ao Rodrigo, pela amizade que floresceu em tempos de academia, apesar de sermos vizinhos desde a infância. Nosso trio é imbatível!

José Élio, Selma, Luíza e Denise...muitas orações e encorajamento...pastores e amigos .

À Irma Rizzini, pela orientação sempre, abraço acadêmico e na vida! Presença nobre em cada escrita e conquistas compartilhadas! Obrigada por tudo! Sem você, este trabalho não seria possível! É um privilégio ter sido orientada por você!

Ao grupo de pesquisa NEPHE UERJ, início de muitas pesquisas, e ao Proedes, nas pessoas do Professor Jucinato, Jaqueline, Mariza, Rafaela, Raquel e Viviane. Meu muito obrigada!

Aos queridos professores Drº Roberto Carlos Borges e Drª Fátima. Conhecer vocês em 2009, no Centro Federal Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ, ressignificou minha trajetória de pesquisa, ampliando meu olhar.

Ao Polo Cederj Miguel Pereira – UNIRIO, que, depois da graduação, me fez querer mais a

pesquisa em História da Educação, sobretudo pelos diálogos travados nas Semanas Acadêmicas do Curso de História.

Ao amigo, aluno e regionalista, Sebastião Deister, pelas dicas de fontes na região e por compartilhar das riquezas do Vale! Obrigada! Nossa história não terminará com este trabalho! Ao incentivo à pesquisa por Nalu em tempos de iniciação à docência no CAp da UERJ. Digo até hoje que a decisão pela docência nas séries iniciais aconteceu em sua sala de aula. Você é brilhante!

Minha gratidão à professora Dr^a Alessandra Frota Martinez de Schueler, pela presença marcante em minha trajetória desde a graduação. Incentivo, encorajamento e zelo pela excelência na pesquisa foram fundamentais à minha trajetória. Lembrar de você é lembrar das palavras de Bloch: *”simplicidade tão apurada é privilégio de alguns raros eleitos”* (BLOCH, p.17)

Ao Prof. Dr^o José Cláudio Sooma e Dr^a Sônia Maria de Castro Nogueira Lopes pelo incentivo e contribuições profícuas no projeto de dissertação.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado, Centro de Documentação Histórica de Vassouras, Biblioteca Nacional e Biblioteca da Assembleia Legislativa.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho fosse realizado.

“...mas com a convicção de que essas vidas minúsculas também participam, à sua maneira, da “grande” história da qual eles dão uma versão diferente, distinta, complexa. O problema aqui não é tanto opor um alto e um baixo, os grandes e os pequenos, e sim, reconhecer que uma realidade social não é a mesma, dependendo do nível de análise – da escala de observação em que escolhemos nos situar”. (REVEL, p.13)

RESUMO

Processos de Escolarização na Escola Primária Pública no Interior Fluminense (1880-1905): Uma análise das instituições escolares e seus sujeitos.

Esta pesquisa busca compreender os processos de escolarização na escola primária no interior fluminense (1880-1905), analisando seus sujeitos e as instituições escolares. A investigação tem como foco a relação entre a escolarização primária implementada no Vale do Paraíba e suas perspectivas políticas em um momento em que projetos republicanos para expansão da escolarização e formação de um cidadão ordeiro estavam em efervescência, simultaneamente, às questões da abolição e pós-abolição, à política de instrução dos sujeitos e à visão da população frente à instrução. Mediante a análise da documentação da instrução primária pública como relatórios da Instrução Pública, cartas de professores, mapas com quantitativos de escolas e alunos, correspondência sobre as escolas e a divulgação dos debates sobre o tema e sobre a localidade estudada através do *Almanach do Vassourense*, integrante do jornal o “*O Vassourense*”, buscou-se discutir os embates políticos e sociais que afetavam diretamente a escola e os alunos negros que, embora não fizessem parte dos ideais étnicos da República, estavam presentes nas instituições escolares entre os séculos XIX e o XX na região. A investigação está aportada nas reflexões intrínsecas acerca da história da educação na sociedade brasileira entre 1880 e 1905, por entender que este período é envolto em questões econômicas e sociais pertinentes ao cenário da Primeira República. O período dá subsídios para discutir sobre as crianças que já eram livres judicialmente e que poderiam se apropriar da liberdade social mediada também por suas experiências escolares. Além da escola pública primária, a presente pesquisa se propôs a investigar a promessa de instrução advinda de tutores de menores na região e, assim, elegeu o chamado “Vale do Café”, com recorte para as cidades de Vassouras, Paraíba do Sul e Paty do Alferes. Além disso, a pesquisa pretende contribuir para o enriquecimento da historiografia da educação ao buscar compreender de que forma a instituição escolar é determinante na experiência e na memória social de um povo.

Palavras-chave: História da Educação Fluminense – Negros – Processos de Escolarização- Sujeitos escolares.

ABSTRACT

Schooling Processes in the elementary public school of the interior of Rio de Janeiro State, Brazil, (1880-1905): an analysis of teaching institutions and their people.

This paper aims to understand the schooling processes in the elementary schools of the interior of Rio de Janeiro state, Brazil (1880-1905) — analysing both their people and teaching institutions. The investigation focuses on the relation between the elementary schooling implemented at Vale do Paraíba and its political perspectives in a time when the republican projects that aimed the expansion of schooling and formation of an orderly citizen were effervescent, side by side with slavery abolition and post-abolition issues, the education policy of subjects, and the population view about the instruction. By analysing documents from public elementary schools like Public Instruction reports, letters from teachers, maps registering the quantity of schools and students, correspondence about schools and publicizing of debates about the theme and about the studied locality through the *Almanach do Vassourense*, a portion of the “Vassourense Newspaper,” we sought to discuss the political and social clashes that directly affected the school and black students who, although did not represent the ethnical ideals of the Republic, were present in the schooling institutions between the 19th and 20th century in this region. The investigation is based on reflexions regarding the history of education in the Brazilian society between 1880 and 1910, motivated by an understanding that this period is surrounded by economical and social issues typical of the Brazilian First Republic scenery.

This period offers us subsidiary information to help the discussion about the black children who were already liberated by force of the law and who could take hold of their social liberty also mediated by their school experiences. Apart from elementary public school, this research also is meant to investigate the promess of instruction made by tutors of underage young people in this region and, therefore, elected the so-called “Vale do Café” [the Coffee Valley region], as sample for the cities of Vassouras, Paraíba do Sul and Paty do Alferes.

In addition, this research intends to contribute to the enrichment of the historiography of education, looking to understand that the School, as an institution, is determinant both in the experience and in the social memory of a population.

Key words: History of the Education in the State of Rio de Janeiro – Black People – Schooling Processes – School people.

SUMÁRIO

Introdução		12
Capítulo 1	CAMINHOS DO VALE DO CAFÉ NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.....	18
	1.1 - Um Caminho – trâmites políticos e sociais na abertura do Caminho Novo das Minas.....	19
	1.2 - Visões da Serra Acima em porções dominicais – O <i>Almanach</i> do Vassourense.....	21
	1.3 - Entre Barões e Alferes: café e instrução.....	27
	1.4– Poderes, saberes e silêncios nas estatísticas educacionais - Números no Vale do Café.....	38
Capítulo 2	ENTRE LEIS E ESCOLAS: FORMAS DE AÇÃO E ABERTURAS DE ESCOLAS NO INTERIOR FLUMINENSE.....	41
	2.1-Aberturas de escola e culturas escolares nos Relatórios de Instrução Pública.....	47
	2.2 - – Sujeitos da escola: fontes, cor e silenciamentos.....	51
Capítulo 3	CUIDAR E INSTRUIR: TERMOS DE TUTELA E INSTRUÇÃO NO VALE.....	57
	3.1 - Tutela e instrução: caminhos legais de um processo.....	58
	3.2 - Por uma pedagogia do trabalho - Relações de trabalho, infância e instrução.....	70
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77
	FONTES.....	81
	ANEXOS.....	85

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – MAPA DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1872.....	18
---	----

TABELAS

TABELA 1 - CENSO DE 1872 –Parayba do Sul.....	32
TABELA 2 – CENSO DE 1872 – Vassouras.....	34
TABELA 3 – CENSO DE 1872 – Paty do Alferes.....	34
TABELA 4 – PROPOSTA DE ABERTURA DE ESCOLAS.....	45
TABELA 5 – PROPOSTA DE ABERTURA DE ESCOLAS SUBVENCIONADAS.....	45
TABELA 6 -RELAÇÃO DE MENORES INGÊNUOS DA FAZENDA DE SÃO ROQUE...61	

INTRODUÇÃO

A razão e a motivação inicial para realização deste trabalho surgiram ainda na graduação pelo envolvimento com a história da educação, com pesquisas que requeriam o levantamento de fontes para História da Educação Fluminense. As fontes, inicialmente os relatórios de Instrução Pública do Estado do Rio de Janeiro, despertaram-me o desejo de mais e melhor pesquisar o Interior Fluminense, focalizando sua história, suas instituições e seus processos de escolarização assim como seus sujeitos escolares.

Esta pesquisa sobre os processo de escolarização no interior fluminense e análise de seus sujeitos emergiu da percepção de que esse fluminense não era único, mas era marcado por uma política macro, que afetava sua experiência cotidiana.

Esta dissertação teve, como primeiro ambiente de pesquisa, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, outras fontes além dos Relatórios de Instrução Pública, como cartas de professores, mapas com quantitativo de escolas por localidade, notícias do *Jornal do Commercio* sobre escolas, professores e decretos, que foram apontando caminhos de pesquisa, ao mesmo tempo que contribuíram para delimitar a esfera de investigação. Entre a documentação estava uma página do periódico o jornal *O Parahyba do Sul*¹, de 1905, que trouxe a público o comportamento de alguns professores, entre eles uma cena ocorrida em 07 de setembro de 1905, quando uma professora fizera uma menina “preta” declamar um poema, que, não tendo se saído bem, foi vaiada pelo público que assistia àquele espetáculo:

A inconveniência dos espetáculos escolares realizados por dona Felisbella no teatro desta cidade, com a estrondosa vaia que levou, no dia sete de setembro do corrente ano, uma menina de cor preta foi constrangida a estropiar no palco uma poesia de um inspirado poeta brasileiro. (O PARAHYBA DO SUL, 21 de dezembro de 1905).

Construir diálogos com essa “notícia” não só nos remete ao caso relatado pelo periódico, mas suscita outros olhares sobre o papel do periódico nos embates educacionais e políticos, assim como o cotidiano escolar, seus sujeitos (professores, alunos, comunidade escolar) e as questões etnicorraciais presentes. Que intencionalidades envolvem a divulgação deste acontecimento? Por que a ênfase na cor do escolar se o ano de 1905, data de um

¹ Deparei-me com um dos inúmeros desafios na investigação para estudo do meu objeto ao não obter sucesso nas tentativas de localizar números do jornal *O Parahyba do Sul*. Pretendia investigá-lo a fim de perceber, através de seus números e colaboradores que o compunham, uma realidade de espaço e tempo. Mas em visitas à Biblioteca Nacional, e com ajuda de seus funcionários, não se encontrou um número sequer. Mediante a averiguação detalhada até então, não foi possível pesquisá-lo.

período pós-abolição quando os ideais republicanos queriam fazer esquecer a marca da escravidão, procedimento este que tinha como um de seus efeitos o não registro da cor na documentação oficial?

Diante das possibilidades de estudos advindas desta questão da qual tratava o artigo do jornal e das fontes iniciais sobre escolarização primária no interior fluminense, elegi o chamado Vale do Café como recorte geográfico. A proposta de redução de escala de observação, baseada nos estudos de Revel (1998), conduziu-me a enxergar aspectos que possivelmente poderiam passar à vista. Ao examinar o “Vale do Café” numa perspectiva micro-histórica, não tive a intenção de observar uma realidade à parte no tempo e no espaço.

Em uma região em que os senhores, donos de terras, estabeleciam relações com seus conterrâneos calcadas na cultura política, nas relações de dependência e compadrio, quer-se pensar de que forma essas escolas eram criadas e mantidas, problematizando-se a participação da população, especialmente os descendentes de escravos que permaneceram na região. As relações de domínio marcadas pela violência e também pelas possibilidades de negociação e de estabelecimento de alianças estão presentes na região, como nos apontam os estudos de Ana Rios e Hebe Mattos (2004), que, ao analisarem os periódicos da região, se reportaram às negociações feitas entre os trabalhadores da lavoura e os proprietários de terras, visando à sua permanência nas fazendas.

A investigação está aportada nas reflexões intrínsecas acerca da história da educação na sociedade brasileira entre 1880 e 1905. O período dá aporte para discutir sobre as crianças que já eram livres judicialmente e que poderiam se apropriar da liberdade social mediada também por suas experiências escolares.

A expansão do tráfico interprovincial na década de 1870 confirmava o incremento das tensões nas províncias do sudeste do país. Os escravos que chegavam eram, em geral, jovens e nascidos no Brasil, de acordo com Chalhoub (2011), e para esses, talvez fosse a primeira experiência de sair do cativeiro de origem e de separação de suas famílias. Rios e Mattos (2004) atestam que muitas famílias permaneceram no Vale do Paraíba, inclusive sendo proprietárias de terras, problematizando a vertente historiográfica que afirma ter ocorrido forte êxodo rural na região, logo após a abolição.

O diálogo com a historiografia da escravidão e do pós-abolição abre caminhos para novos olhares sobre a população afetada pelos encaminhamentos das políticas governamentais do período, bem como sobre os atores que compunham a escola.

Segundo Chalhoub (2011), o historiador pode, através de um esforço minucioso de decodificação e contextualização de documentos, chegar a descobrir a dimensão social do pensamento, focalizando os detalhes em detrimento do que é explícito. Seus estudos me conduziram a diálogos inesperados pelo quais fui chamada a uma tomada de posição quanto à construção do objeto a ser estudado.

Tendo como questão central a forma como a escola do interior fluminense se constrói na confluência de lutas políticas e sociais, meu objeto será entendido, estudado e perscrutado dentro de uma perspectiva histórica, procurando investigar os processos de escolarização, as instituições e seus sujeitos nessa região conhecida hoje como Vale do Café. Atentando-me à legislação que regia essas instituições escolares no Estado do Rio de Janeiro, procurarei compreender suas conexões com as questões pertinentes aos modos de engajamento dos libertos na vida social, política e econômica da província. As fontes estudadas mostram as nuances e debates sobre os processos de escolarização no interior fluminense.

A pesquisa se deu na forma de análise documental, através de fontes presentes no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, que são constituídas por notações² do fundo de Presidência de Província e de Estado, fotografadas para a pesquisa.

Na Biblioteca Nacional, foi investigado o *Almanach d'O Vassourense*³ por apresentar a região e arredores através de anúncios, notas e cooperação de personagens que compunham uma grande rede de sociabilidade. A escolha pelo *Almanach d'O Vassourense* possibilitou a compreensão de questões que aprofundaram a pesquisa, mostrando as representações culturais e práticas de poder explicitadas nos anúncios de “*Serra acima*”.

A pesquisa no arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro permitiu a investigação da legislação referente à abertura de escolas e dos decretos e leis que procuravam impor práticas a essas escolas e seus sujeitos.

Inicialmente, diante da tentativa de investigar as fontes de arquivos locais como o da Secretaria de Educação de Paraíba do Sul e o Arquivo Público de Paty de Alferes, dentro das possibilidades viabilizadas por cada um deles, deparei-me com um sério obstáculo para a pesquisa: arquivos fechados ou documentação não disponível. Diante de um contato na

2 As notações estão nas referências ao final deste trabalho.

3 O “*Almanach d'O Vassourense*” era uma publicação anual do Jornal “*O Vassourense*”. Foi publicado em três volumes (1887-1889). Pelo período histórico, podemos perceber a presença dos escravos em várias páginas das publicações. Além de poemas de Olavo Bilac (anexo a esta dissertação p.), encontramos charadas, anedotas e serviços de utilidade pública, nomes de servidores e eleitores do município. De forma divertida e rico em informações seus anúncios, vão desde aulas particulares a vendas de medicamentos. Seus editores conclamavam escritores que pudessem fazer permanecer viva a memória da cidade.

própria Secretaria, foi relatada a inexistência de documentos devido a enchentes ocorridas na década de 90, destruindo grande parte do acervo. O arquivo de Paty de Alferes, cujas fontes se encontram na Paróquia daquela localidade, estava fechado para pesquisa, fato que contribuiu para a discussão sobre as relações do historiador com seu problema de pesquisa, diante das dificuldades de acesso às fontes.

O Centro de Documentação Histórica (CDH), pertencente à Universidade Severino Sombra em Vassouras, gerou muitas expectativas para a realização deste estudo, mas nele não existem fontes referentes à escola. Este arquivo é rico em documentação sobre processos da escravidão e foi encontrado nele o Fundo de Tutela que, certamente, auxiliará e mediará a discussão sobre os sujeitos que frequentavam aquelas escolas. Os tutores prometiam cuidados aos menores ingênuos, inclusive com a promessa de instrução no Vale⁴.

É importante, como nos afirma Bloch (2001), enxergar que os documentos e testemunhos só falam quando sabemos interrogá-los. A análise de outras formas de instrução certamente enriqueceu a construção dos capítulos que compõem essa dissertação.

Para a pesquisa, foi necessário um levantamento de fontes bibliográficas para entender a escolarização a partir de sua construção no século XIX, assim como os caminhos que essa região percorreu no cenário imperial e como sua construção está imbuída de projetos imperiais que constituiriam o fazer, agir e pensar no interior fluminense também nos anos iniciais da República.

A Primeira República, ou República Velha (1889-1930), é envolta em questões viabilizadas pelo aspecto político e social, idealizadas por notícias e intercursos a outros países, sobretudo europeus. Os republicanos tinham esses países, sobretudo a França, como referência de progresso e organização em todos os âmbitos, principalmente na instrução, tendo em vista o ordenamento social, pensado, sobretudo, para aqueles que desfrutavam da liberdade após a abolição.

Diante do tempo histórico e dos sonhos republicanos de educação, é importante lembrar que o interesse por um sistema nacional de educação não se deu especificamente na República, mas sim antes de sua promulgação. Pode-se ver isso através dos ideais presentes no chamado Manifesto Republicano, datado de 1870: Frequentar a escola daria a estes homens e mulheres condições de se adequar ao mundo moderno, transformando-se em

4 O Vale do Café Fluminense é conhecido por sua importância histórica e turística, sendo 15 os municípios que compõem hoje o Vale do Paraíba Fluminense. Elejo três para esta pesquisa: Vassouras, Paty do Alferes e Paraíba o Sul.

cidadãos, resguardadas as diferenças de gênero e classe. Mas para que estes homens fossem transformados, eram necessárias algumas mudanças.

Uma das mudanças latentes foi o ensino obrigatório, decretado em 1871, e, que, segundo relatório de 1895, não passava de lei morta. Em 1871, na Assembleia Legislativa Fluminense, o projeto anteriormente submetido à sua deliberação era convertido em lei (Decreto nº 1571, de 23 de outubro). De acordo com o próprio autor do projeto, Dr. Antônio Cândido da Cunha Leitão, deputado da Assembleia Legislativa da província, a lei não encontrou aplicação na província: *“Esta lei que encontra tantas adesões, diz ele, nunca foi executada, nem dela se tentou o menor ensaio”* (CONGRESSO DE INSTRUÇÃO DO RIO DE JANEIRO, 1884, In.Relatório de Instrução Pública, 1895).

A pesquisa abrange um período de transição em termos políticos e sociais, com o processo de abolição e com as tensões que culminaram no advento do regime republicano, aspectos que afetaram de modo particular a vida dos descendentes de escravos. O tema é complexo e envolve uma enorme diversidade de questões, problematizações e relações. O enfoque recairá sobre as suas relações com a escolarização da população de uma região marcadamente habitada por esses descendentes, buscando entender como a instrução pública atuou nesse processo.

O promulgar da primeira Constituição republicana brasileira se dá em 1891. Enquanto nacionalmente é adotado o sistema federativo, a instrução é descentralizada, o que de certa forma causou um impasse muito grande, pois o ensino superior e o secundário ficaram a cargo da União, e o ensino elementar e profissional, a cargo dos estados. Reformas estruturais como esta mais uma vez mostravam os ideais republicanos. Em 1891, tem-se a Reforma Benjamin Constant⁵, através do Decreto nº. 981, de 08 de dezembro de 1890.

Diante desse quadro político de mudanças e sonhos, a instrução pública era assunto, como visto, muito debatido. Nos relatórios que retratam a realidade fluminense, podemos ver quais eram as propostas para esses sujeitos escolares, inclusive a partir da análise das propostas curriculares. Os conhecimentos adquiridos pelas crianças não tinham aplicação imediata e por isso eram considerados, em sua maioria, pelas autoridades públicas, inúteis aos modos de vida costumeiros na região e inadequados para a formação do trabalhador

5 A instrução primária e a secundária do Distrito Federal foram regularizadas pela Reforma Benjamin Constant, criando o Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos (1891-1892), direcionando especificamente o sistema educacional no desenvolvimento de um currículo enciclopédico, com disciplinas científicas, organização do ensino primário, secundário e normal, assim como instituiu o Pedagogium, um centro de aperfeiçoamento de professores.

idealizado. Esta afirmação está interligada com o crescimento agrícola e a formação de mão de obra para a lavoura.

Mediante todas as questões aqui expostas, o primeiro capítulo apresentará as visões da serra, reduto de descanso e admiração daqueles que estavam na corte imperial, mostrando-a como palco de disputas políticas no fim do Império e início da República. Sua relevância se dá na explicitação da metodologia e nas visões e perspectivas encontradas no *Almanach d'O Vassourense* sobre a localidade. Trabalharemos as categorias de análise encontradas sobre os habitantes dos municípios no primeiro censo de 1872 e 1890 e as questões históricas relacionadas às estatísticas escolares.

No segundo capítulo, serão discutidos os caminhos que essas escolas percorrem até chegar à abertura, através da legislação escolar e dos pedidos de abertura de escolas. A pesquisa indica que alguns pedidos de abertura chegaram a obter a aprovação, ancoradas nos interesses econômicos políticos e sociais. A escola deste interior tinha modos de ser específicos, inclusive abrindo debates nos relatórios de instrução sobre a necessidade de uma outra escola para o interior. Dialogar-se-á com Senra (2005) para a percepção do histórico das estatísticas e como a escola cumpriu um ideal proposto internacionalmente para, através da instrução, garantir a ordem e o progresso. O interior fluminense tinha uma cultura única? Possivelmente não. As crianças que estavam envolvidas no processo de escolarização desta região tinham experiências e vivências diferenciadas por viverem bem perto da experiência do pós-liberdade.

O terceiro e último capítulo versará sobre a tutela e a instrução, escolhas feitas ao longo da pesquisa. O contato com as fontes conduziu-me a olhar outras formas de educação presentes no interior fluminense, e, neste capítulo, serão analisados os pedidos de tutela e soldada e suas promessas recorrentes de instrução, aliados à Lei de Nº 70 de 1890, que declara a instrução obrigatória, inclusiva para tutores. O trabalho a que meninos e meninas se dedicavam nas áreas rurais constitui objeto de análise, compreendido como instrumento pedagógico em tempos em que o trabalho livre estava atrelado às políticas de combate à ociosidade.

CAPÍTULO 1

CAMINHOS DO VALE DO CAFÉ NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

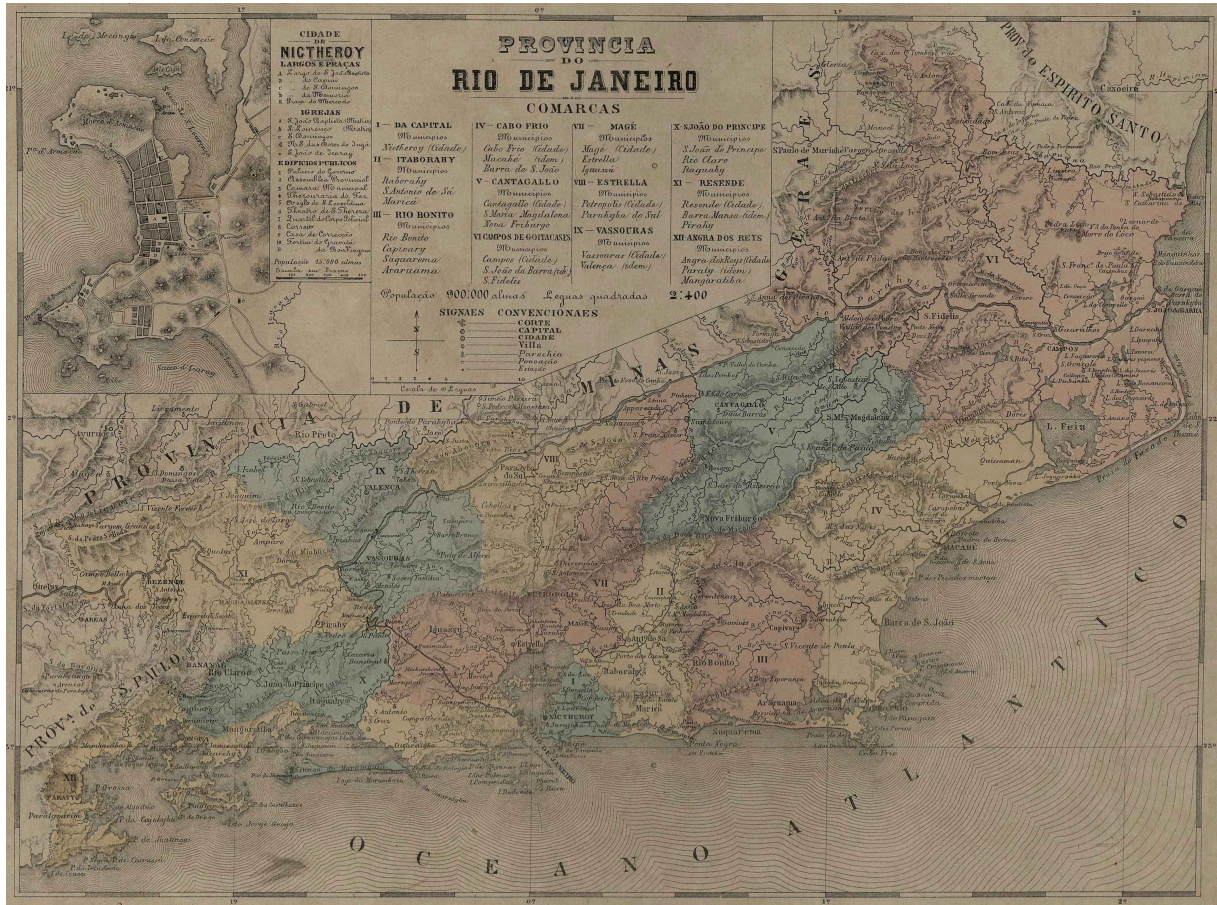


Imagem 1 – Mapa da Província do Rio de Janeiro, data. Fonte: Núcleo de Pesquisa em História Econômica da UFMG. Disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html> Acesso em 01 de fevereiro de 2013.

O mapa compreendido pela Imagem 1 abrange a Província do Rio de Janeiro, com suas comarcas e fronteiras. Conforme explicitado na introdução, este trabalho se concentra na área correspondente às cidades de Vassouras, Paty do Alferes e Paraíba do Sul, região cortada pela linha férrea⁶, que a ligava à Província de Minas Gerais. De acordo com a legenda, incluída no mapa, podem ser reconhecidas as estações da Corte até Vassouras.

6 O *Almanach d'O Vassourense* explicita a importância da ferrovia para a região, colocando em suas páginas os preços das passagens dos trens da estrada de ferro Vassourense. (Ver: *Almanach d'O Vassourense*, 1889, p.334)

1.1 - Um Caminho – trâmites políticos e sociais na abertura do Caminho Novo das Minas

Percorrer a história do Vale do Café é reconhecer as riquezas peculiares desta região, explícitas em seu processo histórico, suas vicissitudes e intempéries. O Vale do Café fluminense, na confluência de muitas lutas, convivia com o pós-abolição, assunto indiscutivelmente político e social, uma vez que o tema da abolição envolvia debates relativos a políticas públicas para o acesso à moradia, alimentação e instrução, tendo em vista as diferentes representações e os debates a respeito das ações do poder público pertinentes aos libertos. Pela documentação pesquisada, percebe-se a circulação de diferentes representações a respeito das ações do poder público, incluindo suas próprias visões e as dos intelectuais negros.

A educação, em muitos grupos sociais e étnicos, era uma prática cultural independente das ações do poder público, e mesmo tratando neste trabalho da instrução primária pública, esse aspecto também será problematizado no terceiro capítulo por conviver, concomitantemente, com outras iniciativas de instrução.

O cenário desta pesquisa se dá no chamado Vale do Café Fluminense, e este capítulo, com base na pesquisa bibliográfica sobre a história regional e fontes como o *Almanach d'O Vassourense*, relatórios de presidência de província e presidência de Estado, cartas de pedido de abertura de escola, mapas escolares do Estado do Rio de Janeiro que se referem às cidades de Vassouras, Paty do Alferes e Paraíba do Sul, contribuiu para a compreensão da formação dessa região, dos projetos educacionais frente aos anseios das populações que ocuparam a região, buscando compreender os significados que a escola e a instrução tiveram para os alunos que ocuparam os bancos escolares e suas famílias.

Com esses instrumentos, foi possível remontar às características regionais daquela sociedade para o desenvolvimento das questões referentes à escolarização. Reconhecer a região, sua fundação, as estatísticas e propostas para os anos de 1880, período que antecedeu a abolição da escravatura, até o ano de 1905, mostrou como a instrução pautou o desenvolvimento político e social regional.

Nesta pesquisa, julgou-se pertinente examinar o surgimento desta região no início do século XIX para fins de entendimento da estruturação desta sociedade. Autores como Sales (2008), Deister (2003), Raposo (1994), Rios e Matos (2004), entre outros, ajudam a entender o contexto regional, seu surgimento, assim como seu crescimento.

Segundo Deister (2003), para estudar a ocupação da chamada Serra do Tinguá, convém investigar as circunstâncias em que ocorreu sua formação, como a instalação da Vila de Paraíba do Sul e a abertura do Caminho Novo de Minas, caminho este projetado por Garcia Rodrigues Paes, entre os anos de 1683 e 1704. Filho de bandeirante, nascido em São Paulo, residiu grande parte de sua vida em Paraíba do Sul. Garcia trouxe para a história do interior fluminense algumas particularidades que contribuíram para o crescimento regional.

Uma das contribuições dadas por ele a esta sociedade é a abertura do Caminho Novo⁷, favorecendo os transeuntes que precisavam percorrer a região do Vale do Paraíba Fluminense. Garcia Rodrigues Paes⁸ e sua equipe projetaram levar à frente a abertura de um Caminho pela Serra do Mar, na tentativa de estabelecer um caminho mais rápido entre o Rio de Janeiro e parte de Minas Gerais. O caminho foi encurtado de 95 dias para 25 dias, proporcionando agilidade comercial. Embora se reconheçam todas as contribuições, há de se ter um olhar para a existência do “clientelismo”. Neste aspecto, utilizei o termo “clientelismo” como categoria de análise, como a política de privilégios concedidos a determinados grupos sociais.

A estruturação do campo econômico, político e social foi constituída no Brasil com ênfase em alianças articuladas por meio de relações de parentesco, matrimônios e amizade e por outras relações previamente estabelecidas. O clientelismo foi um instrumento muito importante na luta política, redesenhando modos de agir e comportamentos. Garcia Rodrigues Paes certamente fazia parte dessa rede.

Gouveia e Santos (2007), ao trabalharem com este conceito, afirmam que, no domínio da administração portuguesa, essa prática orientava nomeações em diversos cargos. Cada nomeação poderia se transformar em uma rede, pois, uma vez dentro do processo, o nomeado poderia ser um interlocutor para outras nomeações. Garcia Paes, de alguma forma, satisfazia os interesses da Corte e, concomitantemente, nutria interesses políticos e sociais que culminaram na liderança da abertura do Caminho Novo.

O desbravamento desta região proporcionou o avanço do comércio. Ilmar Mattos (2004) deixa claro que, além da rota comercial, a abertura desse Caminho possibilitou o povoamento do interior e permitiu à cidade do Rio de Janeiro exercer sua função de saída de produtos comerciais e entrada de artigos advindos do exterior, assim como “desobstruir a serra”:

7 Ou Caminho do Comércio. Esse caminho abreviava consideravelmente a distância do Rio de Janeiro, porto de onde afluíam as principais mercadorias de Portugal para Ouro Preto.

8 Em 1702, em recompensa aos serviços prestados à Coroa, foi nomeado "Guarda Mor Geral das Minas", e obteve o título de fidalgo da Casa Real.

De um lado a abertura do novo roteiro até as minas e o surgimento de suas variantes permitiram o rompimento da barreira da serra, que parecia aprisionar os grupos humanos no litoral e a intensificação do povoamento na parte central do interior da capitania. Ao longo dos caminhos surgiram fazendas onde a produção de gêneros de subsistência e mesmo de cana-de-açúcar destinava-se ao abastecimento da cidade e dos viajantes e das tropas que por eles transitavam. (MATTOS, 2004, p. 54)

O surgimento da produção de outros gêneros de subsistência é importante ser destacado. Ilmar Mattos (2004) lembra que há uma tendência historiográfica em fazer um hiato entre o açúcar e o café dentro da história da agricultura. Ignorando a existência do plantio de outros gêneros nessas fazendas, marginaliza-se todo um processo fundamental na ampliação dos limites de uma agricultura mercantil-escravista. Vários documentos, entre eles os da imprensa regional, apontam para essa diversidade.

1.2- Visões da Serra Acima em porções dominicais – O *Almanach d'O Vassourense*

A importância da difusão dos periódicos na sociedade brasileira, principalmente a partir de 1880, requer a atenção dos pesquisadores, pois a imprensa foi utilizada para veiculação das ideias que exaltavam o progresso, a civilidade e para combater a escravidão, que marcava “negativamente” o Império. Estas abordagens visavam à sensibilização dos setores escravistas sobre as consequências indelévels do cativo. Autores como Machado (2006) afirmam que tais notícias procuravam deixar claro que o sistema escravocrata estava prestes a ruir.

Criou-se no Rio de Janeiro, desde os anos de 1880, e com mais intensidade, a partir da década seguinte, um novo jornalismo, com profundas repercussões junto à sociedade, como nos assinalam os estudos de Barbosa (1997) e Machado (2006). Com fórmulas editoriais que objetivavam conquistar um público, ofereciam edições com um novo caráter que, além de informar e divertir, buscavam ordenar a sociedade.

Por meio deste espaço privilegiado de divulgação de ideias, era possível revelar aspectos da realidade e perceber as estratégias e valores embutidos nos discursos. Os dramas cotidianos, as agruras da vida e as indicações de serviços faziam com que os leitores tivessem mais interesse na leitura dos impressos. Constituindo uma teia, a palavra impressa difundia posturas e procurava normatizar a sociedade e, para a constituição desta teia, estava também a escola.

O reconhecimento do periódico como espaço privilegiado de debates é distinguido

nesta pesquisa pela análise do *Almanach d'O Vassourense* que, entre outros assuntos, se detém a explorar o clima da região, apresentando-a como alternativa ao calor da capital: “De clima comparado ao europeu, é pena que se ressinta da falta de bons edifícios aos quaes em diminuto número não chegam para hospedagem durante o verão dos que na capital supportão as agruras do calor”⁹ (*Almanach d'O Vassourense*, 1887,p .29)

O *Almanach do Vassourense*, integrante do jornal “*O Vassourense*”, foi editado pela primeira vez em 1887. Neste trabalho, foram utilizados os números dos anos 1887,1888 e 1889, ano de extinção do *Almanach*. O *Almanach* era uma espécie de “classificados”, que, além de exaltar o clima da região, destacava a beleza de seus recursos naturais: “*possue esplendidas e encantadoras cachoeiras, reputada a melhor de Serra acima*”.(ALMANACH D'O VASSOURENSE, 1887,p.29). Nele também havia a construção da imagem do poder público, divulgando suas ações em prol da população, manifestando feitos, declarando possíveis eficiências administrativas governamentais.

O jornal *do qual o Almanach* fazia parte era editado dominicalmente e se apresentava como “*imparcial, noticioso e litterário*”. Em suas primeiras páginas, já se propunha como um jornal que não aceitava “testas de ferro” e elegia como colaboradores aqueles que pudessem dar informações relacionadas à lavoura, à indústria e aos melhoramentos e interesses das localidades vizinhas e assuntos de interesse geral. Inovações editoriais e valorização do caráter imparcial e noticioso eram aspectos valorizados em suas páginas.

Mas quem era o responsável pela proposta de um jornal que se julgava “imparcial” e do *Almanach* “divertido”? Como um jornal que se destacava, tinha um almanaque que oferecia uma variedade de informações, além daquelas do próprio jornal. Seu redator, o médico mineiro Lucindo Pereira dos Passos Filho¹⁰, participou da Guerra do Paraguai, e, tendo retornado de lá, foi residir em Vassouras. Letrado e influente, tinha no corpo de colaboradores, escritores como Olavo Bilac e Machado de Assis. Ambos tinham viva participação política e social. Olavo Bilac, por exemplo, empreendeu vários esforços a favor da alfabetização. Machado de Assis, de acordo com Chalhoub (2003), escreveu e reescreveu a história do Brasil no século XIX e, em seus romances, analisou aspectos essenciais ao funcionamento e reprodução das estruturas de autoridade e exploração vigentes no período.

9 Optei pela transcrição do texto sem correção gramatical e ortográfica para melhor ênfase à época referida.

10 Lucindo Filho era apresentado no *Almanach* pelo crítico Valentim Magalhães, na edição de 1889, como um homem de múltiplas funções: Além de exercer a medicina, curando e dando esperanças a doentes, ocupava-se de muitas leituras, escrevia e revisava o *Almanach*. Ainda dispunha de tempo para conversar com os amigos e visitar seu pai na Corte. Era dedicado à família e aos livros.

Analisando a crise social da qual fazia parte, participou de debates políticos que culminaram na lei do Ventre Livre. Seus escritos expressam denúncias de antagonismos e violência das próprias relações sociais. Ambos os autores, em seus escritos, explicitavam as tensões existentes em uma sociedade em que a ideologia senhorial se confrontava com os anseios de liberdade. Esses autores faziam correr suas letras pelas páginas deste periódico.

Embora esta circulação não estivesse sozinha na região, pode-se notar que este jornal e, conseqüentemente, o almanaque de que dele fazia parte eram responsáveis por uma grande rede de sociabilidade, inclusive recebendo colaboração de quem estava na capital da província e da Corte.

Como apresentado na primeira página do almanaque em 1887¹¹, na sua primeira edição, havia interesse nas informações das localidades vizinhas. De acordo com a posição geográfica de Vassouras, podemos ver que este jornal tinha como objetivo apresentar os modos de vida de parte daquela região com manifestações culturais e uma cultura política próprias. Não se pode esquecer da função pedagógica e ordenadora da qual os impressos se encarregavam no século XIX.¹² Lustosa (2003) ainda acredita que o jornal era confundido com o educador em muitos momentos. Muitos escritos jornalísticos tinham a missão de suprir a falta de instituições escolares e de livros, ordenando e fazendo expandir opiniões sobre todos os assuntos, inclusive sobre os locais em que eram escritos. Neste caso, o *Almanach* apresentava a região de forma a convidar pessoas a desfrutar dos recantos da serra.

O caminho Novo das Minas não só potencializou o comércio, mas congregava a ele sujeitos que se destinavam aos municípios em busca de descanso, de bom clima, e que no auge da agricultura cafeeira se misturavam à gente da própria da terra, que vivia do comércio e da agricultura. O *Almanach* recupera, para além das questões da instrução¹³, os costumes do interior, um jeito próprio de ser, com uma cultura cafeeira como movimento, embora já em declínio, e com ela a vivência de escravos, libertos e ingênuos.

O periódico, além do clima e da falta de prédios, sinalizou na Serra do Tinguá um povoado chamado Rodeio, que tinha apenas duas escolas públicas para a infância em 1887. O curioso é que, em meio à exaltação do clima, da escolha de pessoas por ali viver por causas das circunstâncias climáticas, a instrução aparece como que articulada àquele cotidiano. Isso

11 Ver anexos. Jornal “O Vassourense” foi apresentado porque o Almanach dele fazia parte.

12 A respeito do caráter pedagógico da imprensa do século XIX, ver Pallares-Burke (1998).

13 O Almanach divulga as escolas particulares e ações de professores dessas escolas. Não nos detivemos nas iniciativas particulares, mas reconhecemos sua importância nas questões político-sociais nas quais os municípios estavam envolvidos. Ao olhar para esses anúncios, percebeu-se que um dos donos de escolas particulares era o próprio Lucindo Filho. Vide anexo.

parece uma marca do jornal em seus primórdios no ano de 1882, data de seu lançamento, quando Lucindo Filho escreve:

Ampliar a instrução e disseminá-la por todas as camadas sociais é e deve ser sempre o desideratum de um povo livre [...]. Já longe vão as eras em que o saber era monopólio de algumas classes privilegiadas, já vai remoto o tempo em que o espírito humano sempre avido do desconhecido, era atrofiado em suas aspirações. E que se pode decretar a eleição direta ou suffragio universal, o progresso não se decreta, conquista-se, como já disse um escriptor moderno. Neste seculo, em que não ha mais peias á intelligencia, deixar o povo na ignorancia, não abrir-lhe as portas das escolas, não facilitar os meios de instruir-se aquelles que não têm recursos, se não é um crime, é indigno de uma nação, que de diz civilisada.¹⁴

A relação dos analphabetos no Brazil é de 90%, isto é que cada grupo de 1,000 indivíduos só 100 sabem ler... Isto faz correr um calafrio tal por todo o corpo que a gente suppõe estar com maleitas; valha-nos Deus!¹⁵

O explicitar das nuances de Vassouras acerca da escolarização mostram que a imprensa, especificamente a presidida por um médico, descreve as visões das elites intelectuais, dos homens letrados que debatiam questões sobre a cidade e os modos de vida de sua população, ao mesmo tempo em que explicitam os discursos republicanos de progresso. Embora se diga que “já longe vão as eras em que o saber era monopólio de algumas classes privilegiadas”, o autor afirma que a grande maioria da população não sabia ler, sugerindo que o acesso às letras ocorria também entre as camadas populares.

O fragmento é carregado de falas paradoxais, confirmando e demonstrando as raízes de uma sociedade que, embora não se apresente como excludente, faz prevalecer sua visão acerca desta sociedade. O prisma apresentado era de um cidadão letrado. Mesmo residente na região, Lucindo Filho e seus colaboradores tinham outras visões que os conduziam a comparar, recrutar e medir comportamentos atrelados aos cidadãos da Capital. Eles, sim, eram vistos como modelo para o interior da província e mais tarde para o interior do Estado.

O cidadão vassourense certamente tinha visões de mundo, da escola e da vida social. O analfabetismo, sim, era um fato, mas muitos outros saberes estavam impressos nessas vidas que se apresentavam apenas como números nas páginas dos periódicos. Páginas que não se resumiam a tratar do analfabetismo, mas também de outras notícias.

A vida comercial, escolar, a saúde, a troca e a venda de produtos e serviços e até o mundo de uma escravidão ainda bem presente apareciam nas páginas, como mostra o fragmento abaixo.

14 Vassourense, 26 de fevereiro de 1882, nº 2, p.1.

15 Vassourense, 07 de maio de 1882, nº 12, p. 3.

“ Relações de escravos e arrolandos de conformidade com a nova Lei de 28 de setembro de 1885 ¹⁶, impressas em papel superior de excelente qualidade pelos seguintes preços:

Uma relação.....	\$100
50 ditas.....	4\$000
100 “.....	6\$000
200 ”.....	10\$000
500 “.....	20\$000

(O *Almanach do Vassourense*, p.10, 1887)

A lei referida no anúncio do *Almanach* trata da Lei dos Sexagenários ou Saraiva Cotegipe, que garantia liberdade aos escravos com mais de 60 anos. Lei de efeito pouco prático, pois o escravo já estaria em condições deploráveis de vida. Foi alvo de resistência dos escravocratas e da elite oligárquica, pois a maioria dos sexagenários estava nas províncias cafeeiras.

O Império agora regulava a extinção gradual do trabalho servil, mas a lei se apresentava ainda com muitas “amarras para a liberdade”. Não seria liberado ainda o escravo inválido, que ficaria na companhia do seu senhor, e o senhor ainda poderia substituir o trabalho escravo pelo livre, perpetuando práticas pela permanência de muitos libertos na região.

No segundo ano de publicação, 1888, o *Almanach* se propunha ter “uma parte recreativa e literária aumentada se comparada à do ano anterior”. As páginas iniciais estão repletas de gratidão aos colaboradores e “homens de letras” por fazerem do *Almanach* um sucesso, fruto de incentivo dos colaboradores da região. Em sua segunda edição, ele se apresentava como algo já consagrado na região. As edições do segundo ano compunham mais de quatrocentas páginas, contemplando todo o ano de 1888.

Em 1888, podem ser percebidas as questões abolicionistas pela presença do poema “*Ave, libertas*”, da Sociedade Abolicionista Cearense:

Tambem à festa venho, à festa redemptora, que vão tornar feliz uma província inteira, À festa que por timbre hastea, seductora, Nas terras de Cabral dos libres a bandeira...Apóstolos do bem, a luz que se difunde,Nos cérebros febris da nova geração,Que tudo nivelou, que tudo hoje confunde,Foi quem vos sugeru a ideia -Abolição.-Mas não pareis aqui:pelo Brazil inteiroFazei de cada

16 Além da liberdade, esses escravos deveriam passar por nova matrícula, declarando nome, nacionalidade, sexo, filiação se houvesse em todo o Império. A idade, ocupação ou serviço deveriam ser declarados. Lei na íntegra em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-3270-28-setembro-1885-543466-publicacaooriginal-53780-pl.html>. Acesso em 27 de abril de 2013.

escravo um util cidadão;No amplo, vasto imperio, em terras do Cruzeiro
Estingue-se de vez o mote – ESCRAVIDÃO.-

(25 de março de 1884)

FRANCELIO MARQUES

(ALMANACH D'O VASSOURENSE, 1888,p. 103)

Em 1889, ano de sua última edição, o Almanach tinha em suas páginas novamente os escritos de Francelio Marques, fazendo alusão à extinção da escravidão e exaltando o progresso, iluminado pelo sol do novo dia sem escravidão.

Suas páginas, além de apresentarem a região, estavam repletas de poesias de autores locais, anedotas, propagandas de médicos e serviços, e nelas cabiam até impressões de viagem, como as do autor J. Ohlavrach, sobre os Alpes. Muitos utilizavam os serviços de propaganda do Almanach para tornar conhecidas suas profissões e ações na cidade. Modos de viver e agir na região. O que o “Almanach” trazia em sua ação regional? Qual cotidiano se propunha apresentar?

Paginando o *Almanach d'O Vassourense*, podem ser percebidos os caminhos utilizados pela escrita, na apresentação, e visões de outros mundos relatados ali, que remetem a uma leitura que “produz uma arte que não é passividade” (CERTEAU, 2012, p. 49). As páginas daquele periódico provocavam alterações na vida, nos pensamentos e no cotidiano das pessoas.

O fato de o *Almanach*, em 1888, se propor mais atraente em suas propagandas e mais divertido em sua segunda edição pode ser um pedido de letrados ou de pessoas que, mesmo não tendo acesso ao mundo letrado, se apropriavam dos serviços divulgados nas publicações e de alguma forma tiveram suas vidas sob interferência dos escritos. É imensurável a apropriação das pessoas comuns diante do que vinha do mundo letrado.

A apresentação da região em seus vários aspectos através da linguagem escrita no Almanach não é capaz de expressar totalmente as experiências daqueles homens, muito menos, de aprisioná-las, lembrando-nos de Certeau (1994), em sua obra “A invenção do Cotidiano”, que este homem escapa à conformação, encontrando sentidos na arte de fazer a vida e que considera a legitimidade dos próprios saberes e valores que permeiam suas experiências e táticas, além de buscar compreensão de regras e de seu desenvolvimento na sociedade em que vive.

1.3 - Entre Barões e Alferes: café e instrução

Como a partir de 1850 o tráfico de escravos africanos tinha sido definitivamente banido, os produtores da região apropriaram-se do comércio intermunicipal ou interprovincial para satisfazer suas necessidades de trabalhadores cativos. À época, o município de Vassouras correspondia à antiga paróquia de Nossa Senhora da Conceição.

Em 1833, o vilarejo de Vassouras tinha sido elevado à categoria de vila e escolhido como sede do município. A elevação de Vassouras à categoria de cidade deu-se através da lei Nº 961, de 29 de setembro de 1857, registrada à folha 79, do livro 5º, da Legislação Provincial da Secretaria da Presidência da Província do Rio de Janeiro.

Segundo Petrucelli (1994), na metade do século XIX, a produção de café da Província do Rio de Janeiro concentrava-se na região do vale do rio Paraíba, localidade que se destacava por suas terras altas e seu clima, próprios para o cultivo. Isso ocorreu através de dois eixos principais, pertinentemente descritos por Ricardo Sales (2008): Um eixo se estendeu a partir de 1820, percorrendo Laranjeiras, Tijuca e Serra do Mendanha, na cidade do Rio de Janeiro, em direção ao Vale do Paraíba. A partir deste eixo, foram feitos dois caminhos: um pelo caminho de São Paulo, percorrendo o que conhecemos hoje como Resende e Barra Mansa e três cidades do Vale do Paraíba Paulista, que são as cidades de Queluz, Areias e Bananal; o outro pelo chamado Caminho Novo, do qual faziam parte Paty do Alferes, Vassouras e Valença; e o outro eixo sai das Minas do Cantagalo, indo a Nova Friburgo, Cantagalo, Itaocara e, anos depois, a Cambuci e São Fidélis. Em 1830, o café avança pelo Rio Paraíba, acima de Entre – Rios (atual Três Rios) e Paraíba do Sul, Sapucaia e o chamado Porto Novo.

Ainda Ricardo Sales (2008), em sua obra “E o Vale era o escravo”, ressalta que, na década de 20, dos oitocentos, na Região de Vassouras e Valença, o Caminho Novo se dividiu em dois: um que partia do Iguazu Velho e atravessava o Rio Paraíba, em vez de Paty do Alferes, e a Estrada da Polícia, que passava por Juparanã (atualmente pertencente a Vassouras) em direção ao Rio Preto. À margem deste rio, foram fundadas duas vilas: Valença, em 1819, e Vassouras, em 1833.

O surgimento do comércio nesta região é discutido e problematizado por Mattos (2010) quando afirma que os imigrantes, principalmente os portugueses, estabeleceram seus negócios na região, e aponta Manoel José Esteves como exemplo de comerciante que modificou as relações comerciais da região, inicialmente Vassouras, depois Valença, nos

oitocentos, por ter sido responsável por uma grande rede de sociabilidade.

Capute (2011) explicita outros atores das várias redes de sociabilidades presentes na região. A abertura de um caminho Novo das Minas, conhecido também como Estrada Real para Vila Rica, viabilizou a compra e venda de pedras preciosas e ouro vindos de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, proporcionando a exploração de vários caminhos alternativos, que geraram outros povoados e cidades como Paty do Alferes, Paraíba do Sul e Vassouras, entre outros.

Às margens do Rio Paraíba, foram constituídas a cultura do café e as plantações de cana-de-açúcar. Deister (2001) discute a criação da Vila de Paty do Alferes como resultado dessa influência do Caminho Novo. A Sesmaria de Pau Grande, próxima à estrada do citado caminho, já existia desde o princípio do século XIX. Ano após ano, sesmeiros¹⁷ se agrupavam nos arredores da região. Leonardo Cardoso da Silva, português, alferes, foi um dos povoadores de Paty, sendo assim denominado pela grande quantidade de palmeiras na região.

Como o alferes Leonardo Cardoso da Silva exercia uma liderança na região por ser proprietário de um grande número de terras, a chamada Roça do Alferes foi ficando conhecida. Eis que surge Paty do Alferes, que, por alvará de 1795, foi elevada à categoria de Freguesia, sendo transformada em Vila em 1820, uma das primeiras povoações cafeeiras da serra.

Com solo fértil para o plantio, Salles (2008) afirma que o crescimento áureo do café foi apenas em 1830, como grande cultura da província fluminense. Em 1850, contribuía para cerca de 79% da safra do país. Com sua expansão, cresciam também as fortunas dos Barões do café. As grandes fazendas em Vassouras, Paty do Alferes, Paraíba do Sul, Valença e região implantavam não só os negócios em torno do café, assim como estilos de vida. As práticas advindas das fazendas iam além da própria fazenda e região:

Mas, antes de tudo, projetava-se para o presente, para a corte e para os outros fazendeiros e, principalmente, para os grupos sociais sobre os quais se buscava exercer poder material e moral: setores livres da população,

17 Segundo o Dicionário On-line, é um terreno sem culturas ou abandonado, que a antiga legislação portuguesa, com base em práticas medievais, determinava que fosse entregue a quem se comprometesse a cultivá-lo. Quem a recebia, pagava uma pensão ao estado, em geral constituída pela sexta parte do rendimento através dele obtido. Quando o Brasil foi descoberto, para cá se transplantou o regime jurídico das sesmarias. O rei, ou os primeiros donatários de capitânias, faziam doações de terras a particulares, que se comprometiam a cultivá-las e povoá-las. Só em 1812, as sesmarias foram oficialmente extintas. <http://www.dicio.com.br/sesmaria>. Acesso em 24 de abril de 2013.

agregados e escravos. Por isso mesmo, suntuosas casas de vivenda alinhavam-se, em posição dominante, com grandes senzalas em quadra no conjunto que se fechava em torno do terreiro. (SALLES, 2008, p. 146)

Os tempos e modos de vida eram influenciados pela fazenda. Neste contexto, a escola também não poderia se esquivar. Crianças cujos pais trabalhavam na lavoura, ou eram donos de pequenas propriedades, tinham um tempo diferente, mediado pelo trabalho, pelas épocas de colheita, inclusive um dos relatórios da Instrução Pública ao Dr. Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda, na ocasião Secretário do Interior de Justiça, enviado a M. Alberto de Oliveira, Diretor de Instrução Pública do Rio de Janeiro, apontam a preocupação com o programa de ensino dirigido às crianças do interior, que tinham modos de vida diferenciados das crianças da capital:

Como em outros relatórios fiz ver, o programa actual tem contra si seu próprio peso, o acervo de materiais que nele entram e que não permitem ao professor um lecionamento regular, ao aluno o necessário aproveitamento; e ainda, agravando-lhe o caracter de inexequibilidade, o fato de não guardar paridade com as suas exigências, o tempo relativamente escasso quem permanecem os alumnos nas escolas do interior. Inferir dahi que, a ser mantido o programa, quase nullo, senão confuso e atabalhoado, será o ensino, é tirar a mais lógica das consequências. Não é descabido pondera que para a maioria, ou talvez, quase para a totalidade da frequência escolar no interior, grande parte do programa pode ser considerada como excessiva ou supérflua, tendo-se em conta a destinação dessas crianças, das quais raríssimas, como é sabido, vão além dos misteres da vida rural.¹⁸

O estudo formal e idealista sobre a história do currículo e dos programas de ensino é inadequado à história da educação (FARIA FILHO, 2004) por não permitir lançar luzes sobre os outros saberes presentes na escola, ou seja, outros componentes das culturas escolares¹⁹ que permitem uma outra perspectiva de análise. Além da questão curricular sob o ponto de vista do Inspetor de Instrução, há o aspecto relacionado ao modo de vida. Analisá-lo é importantíssimo para entender os modos de apropriação do fazer escolar fluminense. Há de se pensar sobre a escola dentro dessa especificidade.

Alberto de Oliveira, quando propicia a discussão de um currículo próprio, do excesso de informações para os alunos do interior, faz sua percepção sobre esta localidade, visões de quem vinha da capital. Contudo, a experiência de vida daqueles sujeitos das áreas rurais

18 Relatório de Instrução Pública de 1897 – APERJ. Transcrito conforme o original, preservando a ortografia e gramática.

19 O conceito de culturas escolares, cunhado a partir dos estudos de Vinão Frago (1995), Luciano Faria Filho (1998) e Diana Vidal (2009), é compreendido como as diferentes manifestações das práticas instauradas no interior das escolas.

chegava às salas de aula e interferia na cultura escolar e, mediante isso, foi proposto um currículo que atendesse a essa cultura.

Empregando o conceito de experiência, conforme operado por Thompson (2012), é presumível supor que a experiência de alunos e professores modifica, às vezes de maneira sutil e às vezes mais radicalmente, o processo educacional. Influenciava também os métodos de ensino, as escolhas curriculares, revelando pontos fracos ou até omissões. O fragmento do relatório nos reporta a isso. Como as experiências daqueles alunos, de uma região agrícola, mudaram as formas de construir e expandir a escola.

Havia o desejo de dominar e moldar o modo como uma esfera intelectual de uma sociedade que se posicionava rumo aos objetivos governamentais, através de imposições curriculares. A escola do interior fluminense poderia, ao mudar a proposta curricular, fortalecer a cultura cotidiana, ainda que sob controle.

No período a que se reporta este trabalho, 1880 a 1905, a região do Vale do Café fluminense é envolta por questões econômicas e sociais pertinentes ao cenário do fim do Império e início da República. A historiografia brasileira tem destacado o papel ativo dos escravos e escravas no processo de abolição e o envolvimento em diversas ações em busca da liberdade, empreendidas de forma marcante na década de 80 dos oitocentos, como apontam (Mattos, 2005) e Chalhoub (2011,2012). Tais ações contribuíram para mudanças no perfil da população cativa e liberta, assim como para o desenvolvimento de laços familiares e para as redes de sociabilidade.

A resistência²⁰ de escravos na vida cotidiana, coletiva ou individual, operou de modo a alcançar fins comuns como a abolição e direitos de cidadania. Nas ações em busca da liberdade, foram impingidas aos senhores novas formas de proceder e se relacionar com suas “mercadorias”. Para os escravos, redes bem firmadas de solidariedades foram fortalecidas também pelos livres. Hebe Matos e Ana Rios (1995) direcionam-nos a situações na região de famílias que se dividiam entre liberdade e escravidão, criando estratégias familiares como a de trabalhar juntos para criar fundos para a liberdade, iniciativas que marcavam as relações familiares do século XIX, almejando que, pelo menos para seus filhos, a escravidão terminasse.

O período pós-abolição era, bem de perto, uma questão social e jurídica vivenciada. As

20 Entende-se no decorrer deste trabalho o conceito de resistência de E. P. Thompson (2005) como forma de enfrentamento do poder para alcançar objetivos como qualidade de vida, bens comuns e, neste caso, a liberdade. As ações de resistência não ocorriam necessariamente de forma aberta, pois poderiam resultar em retaliação imediata.

crianças já eram judicialmente livres e se apropriavam da liberdade judicial mediada por experiências escolares. Além das especificidades regionais, havia, nesse período, uma amplitude maior, que se refere ao tráfico interprovincial na década de 1870, que contribuiu para as tensões nas províncias do Sudeste do país. Os escravos chegados a essa região eram, em geral, jovens e nascidos no Brasil, de acordo com Chalhoub (2011). Para esses, talvez fosse a primeira experiência de sair do cativeiro de origem e de separação de suas famílias. Rios e Mattos (2004) atestam que muitas famílias permaneceram no Vale do Paraíba, inclusive sendo proprietárias de terras. Sendo assim, não houve um grande êxodo rural na região, ainda mais quando da proibição do tráfico interprovincial .

A proibição foi associada de forma mecânica a um suposto êxodo dos descendentes de escravos, visão problematizada por uma historiografia mais recente sobre a região, como afirmam Rios e Matos (2004), Deister (2008) e Salles (2008). Este último afirma que o tráfico internacional de escravos representou uma variável essencial na construção do perfil demográfico dos plantéis de escravo, mas também na conformação da organização familiar e social das comunidades escravas. Para ele, segundo estudos realizados com autores que abordam o tema, a família escrava representava um capital político, capital este que, após a abolição, passa a ser de muita importância para a região estudada.

A importância dos ex-escravos para a construção de aspectos basilares na região é destacada por Mattos (2009), que atrela a história social à história política do Império, enfatizando as reformas que influenciariam profundamente a vida dessa população:

É verdade que a proibição do tráfico do atlântico de escravos, isoladamente, não implica agenda necessária de emancipação gradual. Junto com a chamada Lei de Terras, aprovada apenas 14 dias depois, sinalizava para um projeto de reformas que contemplava a substituição da escravidão como horizonte. (MATTOS, 2009, p. 19)

A região, segundo estudos de Ricardo Sales (2008) e Hebe Mattos de Castro (1995,1997), tem algumas peculiaridades acerca da propriedade escrava se comparada com outras. A posse de escravos intensificou-se antes de 1850, estabilizou-se, e depois declinou entre os anos de 1866 e 1880. Entretanto, os médios proprietários de escravos (os que tinham entre 20 e 49 escravos), após 1850, retomam o movimento ascendente, comprovando o possível recurso ao tráfico interprovincial.

Sugere-se, assim, que a suspensão do tráfico internacional quase nada afetou os proprietários. Pesquisas apontadas por Ricardo Salles sobre o “Vale do Paraíba Fluminense” e

as dinâmicas do fim do tráfico internacional atestam tal fato:

No geral, entre 1821 e 1880, após uma fase de ascensão e outro de declínio, houve um aumento de mais da metade no tamanho do plantel médio na região. Evidencia-se, dessa forma, que o movimento de rápida e intensa concentração e acumulação da propriedade escrava, ocorrido entre 1820 e 1850, não teve as mesmas características no período de declínio.(SALLES, 2008, p.162,163)

A década de 1880 é importante nas lutas políticas abolicionistas, não que não tenham acontecido anteriormente. Lemos (2009) sinaliza que, no Vale do Paraíba, a cafeicultura fluminense contribuiu para a prosperidade material do Império, promovendo coligações políticas de senhores de engenho nordestinos com os fazendeiros do Vale do Paraíba durante quase meio século. Sales (2008), fazendo um aporte metodológico das fases da Cafeicultura no Vale do Paraíba, enfatiza que, em 1880, a escravidão e o domínio da classe senhorial deixaram de ser uma ameaça efetiva para se tornar uma questão de debate político, fortalecida pela Lei de 1871, do Ventre Livre. Seus estudos enfatizam que cresceu o número de escravos por pés de café até 1880, contrariando estudos de Slenes (2006) sobre um possível declínio. A hipótese defendida pelo autor é de que em Vassouras muitos conseguiram ter escravos à medida que camadas livres da população faziam parte do mundo escravista, obtendo escravos, mesmo que em pequena quantidade.

A cafeicultura regional e seu crescimento requereram a apropriação cada dia mais elevada da mão de obra escrava. Mas quais eram os quantitativos populacionais presentes na região investigada? Como a propriedade privada de escravos se sobrepujava e/ou aos livres?

A partir do primeiro censo de 1872, veremos quem eram os habitantes da região estudada, com base nos dados dos municípios de Paraíba do Sul, Vassouras e Paty do Alferes (Tabelas 1, 2 e 3).

Tabela 1
CENSO DE 1872 – Paraíba do Sul

Província/ Município/ Paróquia	Variável	Livres			Escravos			Soma Geral
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
	Raças - Branco	7351	5427	12778	0	0	0	12778
	Raças - Pardo	2412	2285	4697	1892	1682	3574	8271

Província/ Município/ Paróquia	Variável	Livres			Escravos			Soma Geral
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
Parayba	Raças - Preto	1378	1239	2617	7939	5594	13533	16150
	Raças - Caboclo	126	136	262	0	0	0	262
	Instrução - população escolar de 6 a 15 anos - Frequentam Escola	468	281	749	0	0	0	749
	Instrução - população escolar de 6 a 15 anos - Não Frequentam Escola	1618	1592	3210	0	0	0	3210
	Instrução - população escolar de 6 a 15 anos - S./ Inf. da Frequência Escolar	0	66	66	1564	1548	3112	3178
	Instrução - Analfabetos	8009	7727	15736	9810	7269	17079	32815
	Instrução - Sabem Ler e Escrever	3258	1360	4618	21	7	28	4646
	Estado civil - Solteiro	7927	5915	13842	9165	6556	15721	29563
	Estado civil - Casado	2992	2729	5721	575	585	1160	6881
	Estado civil - Viúvo	348	443	791	91	135	226	1017
	Faixa Etária - 6- 10 anos	1083	1046	2129	815	772	1587	3716
	Faixa Etária - 11- 15 anos	1003	893	1896	749	776	1525	3421
	Faixa Etária - 16-20 anos	1134	991	2125	1034	845	1879	4004

Tabela 2
Censo de 1872 - Vassouras

Província/ Município/ Paróquia	Variável	Livres			Escravos			Soma Geral
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
Vassouras	Instrução - Sabem Ler e Escrever	2716	2019	4735	1	2	3	4738
	Instrução - Analfabetos	7648	6702	14350	11478	8687	20165	34515
	Instrução - população escolar de 6 a 15 anos - Frequentam Escola	606	401	1007	0	0	0	1007
	Instrução - população escolar de 6 a 15 anos - Não Frequentam Escola	1145	1124	2269	0	0	0	2269
	Instrução - população escolar de 6 a 15 anos - S./ Inf. da Frequência Escolar	0	0	0	1806	1096	2902	2902
	Raças - Branco	5457	4537	9994	0	0	0	9994
	Raças - Pardo	3266	2767	6033	2554	1573	4127	10160
	Raças - Preto	1571	1370	2941	8925	7116	16041	18982
	Raças - Caboclo	70	47	117	0	0	0	117
	Nossa Senhora da Conceição do Paty do Alferes	TABELA 3 Nossa Senhora da Conceição do Paty do Alferes						
Instrução - Sabem Ler e Escrever	993	982	1975	0	0	0	1975	
Instrução - Analfabetos	2368	2010	4378	4567	3520	8087	12465	
Instrução - população	231	198	429	0	0	0	429	

Província/ Município/ Paróquia	Variável	Livres			Escravos			Soma Geral
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
	escolar de 6 a 15 anos - Frequentam Escola							
	Instrução - população escolar de 6 a 15 anos - Não Frequentam Escola	85	186	271	0	0	0	271
	Instrução - população escolar de 6 a 15 anos - S./ Inf. da Frequência Escolar	0	0	0	496	95	591	591
	Raças - Branco	1598	1690	3288	0	0	0	3288
	Raças - Pardo	1248	866	2114	1250	448	1698	3812
	Raças - Preto	509	430	939	3317	3072	6389	7328
	Raças - Caboclo	6	6	12	0	0	0	12

Fonte: Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica da UFMG. <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/>. Acesso em 01 de fevereiro de 2013

Os dados referentes a Paraíba do Sul nos mostram que o quantitativo total de homens escravos era de 9.831 e, de mulheres escravas, 727. Os homens livres somavam apenas 3.790 e as mulheres, 3.524. Neste quantitativo, encontravam-se pretos e pardos. Já em Vassouras, os homens escravos eram 11.479 e mulheres, 8.689; enquanto os livres eram 4.837 e as mulheres, 4.137. Em Paty do Alferes, são 4.567 escravos e 1.757 homens livres. Para as mulheres, esses dados diminuem: 352 escravas e 1.296 livres. Nos dados referentes à liberdade e escravidão, os números são diferenciados entre homens e mulheres, pardos e pretos.

Para continuarmos o diálogo em torno dos dados, elegemos como categoria de análise os termos utilizados no censo: *Raça, Escravos, livres e Instrução*.

Para pensarmos a categoria raça, é importante pensar no cenário brasileiro dos anos finais do século XIX, em que algumas teorias como darwinismo, positivismo e evolucionismo começaram a ser exploradas. Na década de 1870, as teorias raciais encontram espaços de

disseminação entre certos meios intelectuais no Brasil, apesar de não conceberem um pensamento único. Lilian Schwarcz (1993) estabelece que a evolução social se transformou em um paradigma de época, implicando várias visões.

A autora ainda justifica que esses vários saberes sobre raça implicaram um ideal político, pautado nos ideais de progresso e civilização, ideais do universo republicano.

Durante a chamada república velha, a combinação entre um liberalismo elitista e as teorias evolucionistas levou à confiança em um Estado centralizado, camuflando-se interesses marcadamente regionais e conflitos de classe. (SCHWARCZ, 1993, p. 182)

O país convivia com esses conflitos, tendo como marca a escravidão. Pretos, indígenas, brancos e mestiços eram uma realidade nacional. Visto como incivilizáveis e incapazes de pensar, sendo hábeis somente ao trabalho, era cabível assim (des)qualificá-los dentro da sociedade brasileira.

Os termos “*negro*” e “*preto*”, no século XIX, foram utilizados para nomear escravos e forros em algumas regiões como Minas Gerais. E *preto*, numa perspectiva censitária, referia-se ao africano. Segundo os estudos de Marcus Vinícius da Fonseca (2007), investigando as designações de cor nas escolas mineiras do século XIX, o significado dado aos termos nos censos pode não corresponder a todos os espaços e regiões, pois estavam relacionados também aos significados políticos e sociais e modos de construção da nação.

Segundo Mattos (2004), a própria construção da categoria “pardo” surge nos anos finais do período colonial e tem uma significação muito mais abrangente do que a noção de “mulato”, que era mais ligada à mestiçagem ou mestiço. O termo era utilizado para especificar os escravos de cor mais clara, o que podia ser indício de ascendência europeia, mas teve seu conceito ressignificado, pois engessava socialmente a condição de escravo. Ser pardo não significava automaticamente ser livre, mas, quando livre, um modo de não fazer esquecer o passado de escravidão.

Entre os dados do censo, uma categoria de análise refere-se à instrução. Todas as categorias raciais passavam no censo pelo crivo da escolarização. É interessante, embora passível de problematização, porque esses dados estavam subjugados aos interesses governamentais e faziam parte de uma construção na sociedade Imperial que se perpetuou na República.

Categorizar os instruídos e não instruídos de todas as províncias, os que frequentavam

ou não as escolas, não tinha o objetivo apenas de informar, e sim de formar visões acerca da sociedade. Teorias como atraso, progresso, ideal de nação, referências aos modelos dos países europeus pairavam na coleta de dados, inclusive acerca da escola.

Em 1890, os dados oficiais mudam, tendo possivelmente como um dos principais fatores, a abolição da escravatura. Um outro fator é que em 1871 é promulgada a Lei do Ventre Livre, quando essas relações de cidadania são em tese sacudidas socialmente, mostrando a fragilidade que já alcançava o sistema escravocrata.

Analisando o quadro do recenseamento de 1890, visualiza-se diminuição na população de habitantes da cor negra e aumento da população branca e parda no período. Esse censo foi concluído dois anos após a abolição da escravidão e, inicialmente, seus dados corroboram os estudos históricos que enfatizam o abandono de ex-escravos e famílias da região. Abordar este tema na análise da região auxilia na problematização da cor e da escolarização. Contrária a essa amostragem do censo de 1890, Mattos e Rios (2005) enfatizam a permanência de ex-escravos e livres na região no pós-abolição por meio de documentação analisada pelas autoras.

Como o objeto da pesquisa é a análise de sujeitos escolares do Vale, pareceu-me pertinente dialogar com os dados censitários e com o quadro estatístico que engloba grande parte do período estudado, por conter este quadro uma relação de escolas (públicas e subvencionadas), os números da matrícula e da frequência à escola, que nos ajudam a perceber o que oficialmente era oferecido à região em termos de instrução pública.

Segundo o Quadro Estatístico do decênio 1886-1895²¹, do Relatório de Instrução Pública de 1896, havia em 1886, no Estado do Rio Janeiro, 620 escolas públicas e 200 escolas subvencionadas, com um total de 23.159 alunos matriculados e 15.447 frequentando. Já em 1895, eram 805 escolas públicas, com 27.105 alunos matriculados e 18.070 frequentando. Em Vassouras, a população em 1885 era de 19.085. A cidade tinha 15 escolas públicas e 4 subvencionadas, tendo assim uma escola para 1.004 habitantes. Em Paraíba do Sul, a população era de 16.311, com 11 escolas públicas. Uma escola para 1.482 habitantes.

A estatística não pode ser simplesmente recebida conforme lida. Estudos como o de Gil (2009) e Senra (2006) apontam para as estatísticas como fontes de poder e estratégias políticas, que, a partir dos dados, procuram sustentar as relações sociais e econômicas entre aqueles que fornecem os dados: o Estado, as agências e todos os envolvidos no levantamento

21 Quadro Estatístico do decênio 1886-1895, vide anexos da dissertação.

de dados estatísticos. Segundo Gil (2009), em 1871, foi criada a Diretoria Geral de Estatística (DGE), e sua função primordial era fazer o levantamento de dados decenais. Era mencionada em seu regulamento a responsabilidade da Diretoria para com as estatísticas da instrução. Os primeiros dirigentes da DGE tinham especial apreço pelo assunto, dando à instrução lugar de destaque nas estatísticas.

Luciano Faria Filho (2004) também contribuiu para a análise quando afirmou que a estatística se tornou instrumento primordial para a definição de problemas a serem sanados pelo Estado. A estatística surge como uma âncora para dar visibilidade aos possíveis progressos na educação.

Segundo análise documental, não foi possível afirmar o maior vigor dos anos finais do Império e início da República no uso das estatísticas, mas entendo que não podem ser desprezados os processos anteriores e posteriores ao advento da República. Mas o que fica claro é que este instrumento permitiu perceber os caminhos e possibilidades da instrução pública.

Ainda na análise, é importante atentar, como nos remetem os estudos de Natália Gil, para a existência de uma “estrutura cognitiva”, que é o modo de trabalhar as informações, os limites e as visões com base nos dados sobre a realidade social. Essa estrutura dá diretrizes aos trabalhos realizados com base na coleta dos dados, na escolha dos métodos e na escolha de regras para manipular os dados e transmitir informações acerca deles.

1.4– Poderes, saberes e silêncios nas estatísticas educacionais – Números no Vale do café

Nelson Senra (2005) afirma que, quanto mais as relações humanas se tornavam mais complexas, maior a necessidade de controlá-las, e para tal se fazia necessário conhecê-la. O aumento dos registros escritos foi a forma utilizada em toda a história para o controle da sociedade, tornando conhecidas as realidades distantes ou ausentes, fazendo-as “potencialmente governáveis”. Dentro de um projeto de nação civilizada, há necessidade de conhecê-la, acompanhá-la, utilizando este conhecimento como estratégia de controle para atuação política, objetivando a detenção do poder:

Deter o poder é dispor da capacidade de controlar os outros, preferencialmente com seus consentimentos voluntários e pacíficos, assim o poder é tanto mais intenso e durável quanto se faz mais sutil quanto mais se exerce de modo silencioso, através das práticas repetitivas, cristalizadas,

institucionalizadas. (SENRA, 2005, p. 61).

Natália de Lacerda Gil, em seu artigo “A produção dos números escolares (1871-1931): contribuições de uma abordagem crítica das fontes estatísticas em História da Educação”, afirma que o encantamento e os temores de muitos pesquisadores diante das estatísticas oficiais têm impedido uma pesquisa mais contundente e disposta a fazer, das estatísticas, não um meio de análise, mas um objeto de análise. Embora não sejam as estatísticas o foco desta pesquisa, alguns encantamentos iniciais ficaram um pouco “embaçados” se confrontados com falas e estatísticas escolares dos municípios. Enfrentar a situação de frente propiciou no caminho da pesquisa alguns questionamentos. Por que os relatórios de instrução trazem alguns números e os dados estatísticos gerais conduzem a caminhos bem diferentes? O distanciamento entre a prática de vida, do fazer escolar, da sociedade do Vale do Café se mostrou diante dos dados com muitas lacunas que a separavam dos dados oficiais, por isso uma necessidade de crítica das fontes estatísticas:

Claro está que certamente houve distâncias, mais ou menos acentuadas, entre aquilo que está expresso nos documentos consultados e os procedimentos efetivamente realizados em cada órgão regional, em cada repartição municipal, ou ainda, em cada escola. Importa, de qualquer modo, ao menos notar o que se concebia como possível e/ou desejável quanto à elaboração de informações supostamente objetivas acerca do movimento escolar no país. (GIL, 2009, p. 347)

Podemos tomar como ponte de diálogo o quadro estatístico do decênio 1886-1895, do Relatório de Instrução Pública de 1896. Os relatórios eram escritos com base na análise oficial dos dados arrolados por instâncias do poder público. Era de certa forma o oficial se apropriando do que era oficial. Inexatidão dos dados, demora na entrega de dados da província e repetições de números dos itens do ano anterior faziam com que as estatísticas da instrução se apresentassem com lacunas. Algumas províncias omitiam os dados e não explicavam os motivos de tal omissão. O silêncio era uma resposta: resposta a uma possível insatisfação em face da realidade das províncias.

Gil (2009) ainda ressalta que as imperfeições e insuficiências administrativas se enlaçavam às longas distâncias e à falta de recursos humanos competentes. Os questionários apresentados eram únicos e havia uma preocupação que se transformou em pedido do diretor

do Departamento Geral de Estatísticas, Manoel Timóteo Monteiro²², ao governo federal, para que, de alguma forma, fosse tornada obrigatória a participação da população com informações que comporiam as estatísticas oficiais.

Mesmo diante da apropriação de outras fontes, como relatórios, almanaques e jornais, havia dificuldade de coletar os dados escolares, ainda mais quando se tratava de iniciativas particulares. Os registros eram omitidos e não havia meios de adquiri-los. Investigando os sujeitos escolares do interior fluminense na instrução pública, deparo-me com várias iniciativas particulares²³. Os dados oficiais não mostravam, de fato, a dimensão dos vários tipos de instrução, inclusive da pública, à qual se pressupunha que o poder público deveria ter acesso.

As estatísticas escolares não expressam a “realidade”, como nos apontam os estudos de Gil (2009) e Faria Filho (1998), mas indicam direcionamentos, permitindo questionamentos sobre a escola que nos é apresentada. A escola já aparece nas estatísticas muito antes de se tornar uma presença marcante na sociedade, corroborando a marca do progresso através da instrução e cumprimento de leis, que firmavam a estaca da instrução e estabeleciam critérios para a abertura de escolas, a contratação de professores e a matrícula de alunos.

Problematizar as estatísticas requer também investigar as leis que regiam o fazer escolar, essenciais às pesquisas em história da educação. É o que faremos na discussão do próximo capítulo.

22 Foi Diretor responsável pelo Departamento Geral de Estatísticas entre os anos de 1890 e 1893.

23 Ver em anexo: - Colégio Alberto Brandão em Vassouras. O professor Luis Alves Monteiro que, além de lecionar no Colégio Alberto Brandão, divulgava seus serviços no Almanach. Ensinava francês, inglês e português dentro e fora de Vassouras, nas casas. Colégio Nossa Senhor do Patrocínio, em Barra do Pirai.

CAPÍTULO 2

ENTRE LEIS E ESCOLAS: FORMAS DE AÇÃO E ABERTURAS DE ESCOLAS NO INTERIOR FLUMINENSE

Evidenciar os processos de escolarização da escola primária pública no Interior Fluminense requer investigar as leis como fontes para a percepção de conflitos neste processo, assim como a problematização dos sujeitos escolares diante de propostas governamentais para a formação do homem civilizado através da instrução.

Investigar as leis referentes ao funcionamento destas escolas e seus sujeitos instrumentalizou a pesquisa para visualizar os caminhos deste processo, permitindo conhecer a legislação, relacionando-a às ações na dinâmica das instituições, além de buscar compreender os projetos de educação. Percebe-se a contestação dessas leis em muitas cartas de Presidentes de Província à Assembleia Legislativa, afirmando que a regulamentação de criação de escolas de instrução primária não estava sendo cumprida, por exemplo, por falta de prédios.

O caminhar da pesquisa não pôde se esquivar da discussão política em que cada lei foi criada, mostrando os ideais das elites fluminenses no cenário nacional. As escolas eram criadas sob outorga da Assembleia Legislativa. Os relatórios de instrução pública, que também surgem a partir de um ato legal, fazem referência ao não cumprimento da legislação aprovada.

As leis, assim como a forma de vê-las, permitem ao historiador da educação compreender a instrução pública e suas relações neste contexto em que o ensino é visto como valor fundamental para dar ao indivíduo ordenamento e bases para a vida social, para legitimação do Estado e formação do cidadão.

Os decretos evidenciaram as representações sobre a realidade das escolas do interior com desafios inerentes às condições de vida da população que lá habitava com suas características peculiares. Suas prescrições demarcavam a construção das relações entre escola, currículo e tempo, haja vista que as crianças se ocupavam de atividades do campo e do comércio.

Faria Filho e Diana Vidal (2005) entendem que as reformas educativas visam ao

progresso e resultam das representações sobre a melhoria da instrução por seus reformadores. Faria Filho (2005) atesta que as leis se apresentam como ordenadoras das relações sociais tanto em sua formulação quanto em sua realização. A legislação expressa conflitos e lutas sociais. Estudar a legislação é relevante porque pressupõe estudos da história social e educativa das reformas:

Mas o procedimento é insuficiente se não for acrescida uma história social, cultural e pedagógica da reforma. Para tanto, incita que os estudos sobre a reforma busquem a longa periodicidade, seja para perceber os resultados em longo prazo, seja para reencontrar os tempos diferentes dos atores sociais. O tempo da política, por exemplo, é mais curto do que o da academia. Aliás, para o ator, o tempo é um elemento essencial na análise das reformas. Ele é utilizado para mobilizar os atores, seus aliados e a opinião pública, para decidir o momento de intervenção, da batalha ou do recuo. O destino de uma reforma, afiança, repousa frequentemente nas habilidades de dispor do tempo. (FARIA FILHO, 1998, p.18).

Nesta afirmação, Luciano Faria Filho retrata a necessidade de olhar o tempo histórico, de atentar às leis como linguagem própria, a constituição dessa linguagem e como é constituída por ela. Diante disso, percebe-se que as leis aparecem como linguagem e como discurso da educação, apresentando os sujeitos aos quais se dirige.

As determinações emitidas pelo Estado demarcavam a construção das relações entre escola, currículo e tempo, na medida em que as crianças se ocupavam com outras atividades, como o trabalho no campo e no comércio. A observação atenta contribui para a formulação de novas questões referentes à cultura escolar da região, para as possíveis negociações dos sentidos de ser e fazer da escola e de seus sujeitos. Além disso, explicita as possibilidades de a configuração dessa escola surgir como referência para a identificação desses sujeitos.

Perceber o prisma político requer captar o teor de como são operadas as mudanças na sociedade, na escola, mudanças essas que articulam continuidades e descontinuidades em uma pluralidade de ações que são operadas instantaneamente ou em movimentos mais lentos.

Para entender os processos de escolarização, assim como suas leis, é importante lembrar das leis basilares implementadas ainda no Império: a Constituição de 1824, que garantia instrução primária a todos os cidadãos, o Regulamento de Instrução Primária e Secundária da Corte,

1854²⁴, reformada anos mais tarde pela Lei Lêoncio de Carvalho²⁵.

Foram analisados as leis e deliberações referentes à escolarização na Província e após a proclamação da República. Estas fontes fazem parte do corpus documental do Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, cujas leis e decretos tinham como responsabilidade mandar instalar escolas, criar o lugar de professor adjunto, criar o lugar de professor na penitenciária, declarar mistas todas as escolas destinadas ao sexo feminino, mandar instalar escolas em algumas localidades como Parahyba do Sul, fechar as Câmaras municipais e intendências, criar distritos escolares, extinguir o Ofício de Justiça de Vassouras, assim como autorizar o saneamento e obras de utilidade pública na mesma localidade. Esses decretos são alguns entre tantos instituídos pela Assembleia legislativa.

Os decretos nos anos de 1887 passaram por análise. Este ano antecedeu a abolição da escravatura e os do ano de 1890, com ênfase no Decreto nº 70, de 15 de abril de 1890²⁶. O Decreto nº 70 proporcionou novas relações da escola primária pública e de outras formas de ensinar. Junto à instrução obrigatória, inclusive para os tutelados, aparecem os pedidos de construção e aberturas de escolas, assim como reivindicações por melhorias estruturais nas já existentes.

Em 23 de março de 1887, há um decreto determinando a suspensão de ensino em diversas escolas por falta de frequência. A legislação vigente em 1876 atestava que o mínimo para frequência eram 20 crianças para manter uma escola em funcionamento. O que instiga a investigação é que, em 1885, quando Vassouras tinha uma população de 19.085, possuía 15 escolas públicas e 4 subvencionadas, havendo, portanto, uma escola para aproximadamente

24 Reforma Couto Ferraz, o Decreto nº1331 de 1854 que, entre outras atribuições, autorizava a abertura de escolas e estabelecimentos particulares de instrução: *'Embora o regulamento seja dirigido à Corte, zona de atuação direta do ministro do Império, como que a respaldar a interpretação do Ato adicional de 1834, não tinha caráter privativo, mas concorrente. A Reforma Couto Ferraz contém normas alusivas tamem à jurisdição das províncias. Assim, além do do efeito-demonstração e do caráter modelo essas leis para a Corte alcançavam a instrução provincial'*.(SAVIANI:2006,p.131)

25 Reforma de 1879 pelo decreto nº. 7.247 de 19 de abril de 1879—Carlos Leôncio de Carvalho. Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império e dos preparatórios da Província.

26 Este decreto é sobre a obrigatoriedade do ensino: *'O Dr. Francisco Portella, governador do Estado do Rio de Janeiro, para facilitar o ensino primário às classes desfavorecidas da fortuna, que apresentam um número avultado de analfabetos, reconhecendo a necessidade de modificar as disposições legislativas que regulam a obrigatoriedade e a organização do ensino, decreta: Art. 1º - A instrução primária é gratuita e obrigatória neste Estado, na forma de legislação vigente, com alterações aqui feitas. Artigo 2º - A legislação imposta pelas disposições legais vigentes aos pais, tutores e protectores, residentes nas cidades e nas villas, de dar instrução primária aos filhos, tutelados e protegidos, se estenderá aos que moram fora das cidades e villas até dous quilômetros distantes da escola, sendo os menores do sexo masculino, até um kilometro, sendo os menores do sexo feminino'*(COLLECÇÃO DE DECRETOS, ACTOS E DECISÕES DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – 1890. p.143)

1.004 habitantes. O número de escolas conseguia atender à demanda da localidade por instrução? Segundo os Relatórios de Instrução Pública, a rede escolar não atendia aos habitantes em idade escolar.

O superintendente Antônio Mariano propõe que se subvencionassem²⁷ as escolas em Massambava, Commercio e Pacinho, em Vassouras. Informa ele que havia uma escola para meninos mantida e criada pela Câmara Municipal. A falta de escolas para o sexo feminino era muito sensível, e, segundo consta, havia na localidade bom número de meninas para frequentá-las. Meninas estavam frequentando escolas para meninos, e isto é levantado como um “clamor” pela abertura de mais escolas, neste caso, uma feminina.

Na povoação do Commercio, onde a estrada de Ferro D. Pedro I tinha uma estação, de suma importância para a população, assim como as transações comerciais realizadas através dela. E como existia na Assembleia projeto para criação de uma escola para Vassouras, havia a proposta para abertura de uma escola mista subvencionada, que Antônio Mariano de Oliveira, Diretor Geral de Instrução pública, almejava que melhores serviços fossem prestados e de forma mais econômica. Convém lembrar que a lei, como a de 1854, que regulamentou a instrução primária e secundária na Corte, reformulada em 1879 pela Reforma Leôncio, impunha que os pais que não cuidassem da instrução primária das crianças de 7 a 14 anos receberiam punições.

O Inspetor Geral da Instrução Pública no relatório de 1887 também propõe a criação de escolas para ambos os sexos em distritos como Pacinho, que distava 10 quilômetros da cidade de Vassouras e 12 quilômetros de Mendes. Já existia em Mendes uma escola subvencionada para meninas, mas, segundo o Inspetor, seria conveniente estabelecer outra para meninas, que tinham em seu currículo o aprendizado da costura e corte de roupa branca.

No pedido intenso de abertura de escolas para meninas, entre os fatores aliados à necessidade e ao quantitativo de meninas, poderia estar a formação de futuras professoras para a região, já que os baixos salários e as longas distâncias não eram condições propícias ao professor, como atestam os relatórios de Instrução (Relatório de Instrução Pública - 1881, p.49 a 51).

A Tabela 4 mostra as propostas de expansão escolar:

27 Sobre escolas subvencionadas ver LIMEIRA, Aline de Moraes. O comércio da Instrução Subvencionado pelo Estado Imperial. Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/conteudo/file/371.docx.

TABELA 4 – PROPOSTA DE ABERTURA DE ESCOLAS

1 para meninas no Rodeio
1 para meninas em Belém
1 para meninas em Sucupira
1 para meninas em Uhá
1 para ambos os sexos na estação de Vassouras

Em Parahyba do Sul, para uma população de 16.311, havia 11 escolas públicas, uma para 1.482 habitantes. O superintendente informa, dentro da proposta de expansão de escolas primárias, quais são os regimentos e os lugares onde podem ser estabelecidas escolas subvencionadas (Tabela 5).

TABELA 5 – PROPOSTA DE ABERTURA DE ESCOLAS SUBVENCIONADAS

Sessaria, para meninas
Parahybuna, para meninas
Ponta das Gassas, para meninas
Sertão, para meninas

O Dr. Inspetor Geral propõe a criação das seguintes escolas subvencionadas em Sessaria para meninas: Montressal para meninas, e na lotação de Entre Rios, duas para os dois sexos, e uma em Corronde para ambos os sexos.

Visualizar uma sequência de decretos e deliberações escolares ajuda-nos a perceber a importância do tema instrução nos trâmites legislativos. O relatório da Presidência de Província, de 1887, tem suas três primeiras páginas destinadas à instrução pública. O tema era a importância da melhoria dos provimentos dos professores para que fizessem seu trabalho docente sem precisar se apropriar de outros afazeres.

Ao mesmo tempo em que escolas são abertas e fechadas, há um diálogo com os decretos instituídos anteriormente para que o governo promova e difunda a instrução pública, mostrando a complexidade da dinâmica regional. Mais escolas deveriam ser construídas, mais professores deveriam assumir suas funções²⁸.

28 Pode-se visualizar a discussão das deliberações de 1887: em 23 de março de 1887, suspende o ensino em diversas escolas por falta de frequência: "O presidente de província do Rio de Janeiro, tendo em vista a informação dada pela diretoria da instrução, em ofício de 18 do corrente, resolve, em cumprimento do decreto

Não há facilidades na discussão da historiografia educacional no que concerne à legislação, mas ela se faz necessária, especialmente quando nos deparamos com este campo de conflitos e disputas políticas, que é a escola. No contexto fluminense, encontramos, através da legislação escolar, os pedidos de abertura de escolas, que por si só exigem uma profícua discussão.

Os pedidos se apresentam como um embate face a face. Gondra e Lemos (2004) ajudam-nos a analisar as correspondências, que afirmam, captam e reúnem opiniões e posições. Escritas coletivas relatam experiências e reivindicações junto aos órgãos governamentais. Sua construção requer habilidade e reconhecimento da necessidade, é o pensamento transformado em ação. *“Poderíamos afirmar que a carta realiza um duplo movimento, operando sobre o destinatário, ao mesmo tempo em que teria, igualmente, agido sobre o(a) escritor(a) ou escritores(as).”*(GONDRA E LEMOS, 2004, p. 71). Para que fossem escritas, havia uma demanda que se tornara pertinente. Quem fala, fala de algum lugar. Este lugar é do professor, do pai, do diretor. É também o lugar de uma visão, de uma necessidade percebida como imperativa.

As cartas de professores adquiriram um caráter oficial. Elas não se dirigem às pessoas da própria comunidade, e sim a autoridades governamentais. O fato de fazerem parte de um *corpus documental* do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) mostra a oficialidade.

Ao investigar cerca de 20 cartas que compõem o acervo do APERJ de 1880, escritas à Diretoria de Instrução Pública, pode-se notar que, além das cartas de professores pedindo licença ou remoção, há ainda as escritas sobre eles.

Diretoria de Instrução Pública da Província do Rio de Janeiro
Nitheroy, 24 de agosto de 1880.

Comunico que a professora da escola pública de meninas da cidade de Vassouras, D. Emília Amália de Oliveira, reassumiu o exercício no dia 25 de julho último.

Pelo Diretor da Fazenda
Almeida Torres

Diretoria de Instrução Pública da Província do Rio de Janeiro
Nitheroy, 24 de agosto de 1880.

Comunico a vossa Excelência que o professor público de Parahyba do Sul, João Pedro dos Santos, interrompeu o exercício com licença da superintendência de 20 a

n.2893 de 27 de novembro do anno passado, suspender o ensino nas escolas , cuja frequência foi naquele anno de 10 a 15 alumnos”(COLLECÇÃO DE DECRETOS, ACTOS E DECISÕES DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – 1887. p.143).Em 09 de dezembro de 1887 , delibera-se a instalação das escolas na vila de Areal, em Parahyba do Sul.

24 e de 27 a 31 de julho findo, por motivo de moléstia.
Pelo Diretor da Fazenda
Almeida Torres

Em muitos momentos, as petições chegavam através de outras vozes, geralmente as vozes administrativas caso das cartas acima, mediadas pelo Diretor da Fazenda.

Ainda perscrutando cartas e relatórios, percebeu-se que alguns pedidos de abertura chegavam até a aprovação, mas não eram executados. A análise da legislação aponta para uma necessidade maior de debates e cruzamento de fontes. Neste exercício detalhado aqui, foi riquíssimo ter as leis como fontes e analisá-las em confronto com os relatórios e os mapas de escola²⁹.

Mediante impasses e conflitos presentes nos relatórios, podem-se encontrar as lacunas das propostas republicanas nos conduzindo a pensar que *“em realidade, qualquer projeto inovador, queira um futuro, por mais que busque rompimento com o passado, se constrói como presente, em negociação com o já estabelecido”*. (SCHUELER, 2009, p. 51).

A documentação investigada mostra as ações de sujeitos no processo de escolarização deste interior. As cartas de professores, documentos que aparecem como “a voz do professor”, apontam lacunas das instituições, descaso do governo quanto às questões salariais, reclamações, súplicas e honrarias. Elas demarcam o caráter oficial, fazendo parte do patrimônio documental do APERJ, dirigidas a autoridades ligadas à Secretaria de Instrução Pública. Estão anexadas, em sua maioria, a outros documentos comprobatórios dentro das notações. A importância das cartas, em confronto com as leis e os próprios relatos dos inspetores da Instrução Pública, contribuiu para perceber essa escola e seus sujeitos.

2.1 - Aberturas de escola e culturas escolares nos Relatórios de Instrução Pública

A instrução primária fazia parte dos ideais de criação de uma nação ordeira e civilizada, tendo como modelo os países europeus, de onde se apropriavam de novos métodos e novas formas de fazer a instituição escolar, sendo a instrução sempre objeto de disputas políticas explicitadas nos relatórios de instrução pública e nos documentos manuscritos, tais como pedidos de abertura de escolas e pedidos de cumprimento de leis sobre as escolas na região. Mas não se detinham só a este aspecto.

Em uma leitura atenta aos relatórios dos presidentes de Província da década de 80 dos

²⁹ Os mapas, mostrando as localidades e número de escolas, compõem os anexos a esta dissertação. Não foram encontrados na documentação analisada do período nomes dos alunos, assim como idade e cor. As lacunas referentes ao período inviabilizaram alguns diálogos com as fontes, mas o silenciamento da cor não tem sido menosprezado na análise.

oitocentos e dos da Presidência do Estado, pode-se percebê-los como meios de apresentação da região através de uma fonte oficial.

Os relatórios de Instrução Pública expressam representações sobre a realidade do interior do Estado do Rio, no caso desse trabalho, a região de Vassouras, Paraíba do Sul e Paty do Alferes. Distantes da capital, com desafios inerentes às condições de vida da população que lá habitava, as cidades e localidades conviviam com os desafios das péssimas condições físicas, higiênicas e pedagógicas dos locais onde as escolas funcionavam.

Nos relatórios, havia claro desejo de que o ensino fosse "de verdade", tendo como horizonte os modelos pedagógicos em circulação em outros países, entre eles a França, citada como referência por M. Alberto de Oliveira³⁰, Diretor de Instrução Pública entre 1893 a 1898. As políticas educacionais desse período são ainda pouco analisadas pelos historiadores da região.

Ainda no Império, os relatórios da instrução pública traziam essas avaliações a respeito da situação das escolas e da população local. No relatório de 1880, João Marcellino de Souza Gonzaga³¹, presidente da Província entre os anos de 1880 e 1881, defende que a instrução deve ser difundida em razão da disseminação da população porque ela, em sua maioria, está ocupada em trabalhos rurais que a obriga morar longe dos grandes centros onde as escolas são criadas e instaladas. Os pequenos núcleos precisavam ser atendidos pela escolarização.

Uma outra dimensão regional abordada explicitamente no relatório é a dinâmica política. Câmaras Municipais são chamadas a cumprir a lei de 1º de outubro de 1828, que dá novas formas às Câmaras Municipais, demarcando suas atribuições, o processo para a sua eleição e a dos juízes de Paz, atestando, inclusive, a responsabilidade com a ampliação das escolas de primeiras letras, conforme prescreve o artigo 70 da mesma lei:

Art. 70. Terão inspecção sobre as escolas de primeiras letras, e destino dos orphãos pobres, em cujo número entram os expostos: e quanto por estes estabelecimentos, e os de caridade, de que trata o art. 69³², se achem por Lei, ou de facto encarregados em alguma cidade, ou a outras autoridades

30 Nascido em Saquarema em 1857. Em 1892, foi oficial de gabinete do presidente do Estado, Dr. José Tomás da Porciúncula. De 1893 a 1898, exerceu o cargo de diretor geral da Instrução Pública do Estado do Rio de Janeiro. No Distrito Federal, foi professor da Escola Normal e da Escola Dramática. Era um dos colaboradores do jornal "O Vassourense".

31 Presidente de Província no Rio de Janeiro.

32 Art. 69. "Cuidarão no estabelecimento, e conservação das casas de caridade, para que se criem expostos, se curem os doentes necessitados, e se vaccinem todos os meninos do districto, e adultos que o não tiverem sido, tendo Medico, ou Cirurgião de partido."

individuaes, ou collectivas, as Câmaras auxiliarão sempre quanto estiver de sua parte para a prosperidade, e augmento dos sobreditos estabelecimentos.

Ainda sobre a contestação do papel do governo acusado de não cumprir seus deveres, há uma citação sobre a municipalidade :

Abaixo do poder legislativo, executivo e judiciário, há um quarto, que, ao mesmo tempo público e privado, reúne autoridade do magistrado à do pai de família: é o poder municipal. Posto que abaixo dos três outros, é entretanto, este o poder mais antigo; é, com efeito, o primeiro cuja necessidade se faz sentir. (JOÃO MARCELLINO DE SOUZA GONZAGA In: Relatório de Instrução Pública, 1880, p.12).

O posicionamento do poder municipal é requerido, e o relator diz que, mesmo diante de tantas mudanças que procuram atender as necessidades da atualidade, as tentativas não têm dado resultado. A população rural não tem sido assistida na criação de escolas por falta de verbas específicas.

A referida Lei sobre a atuação da Câmara Municipal tem 90 artigos divididos em várias vertentes de atuação. Na percepção deste relator, a instrução está sendo deixada à mercê da própria sorte, mesmo tendo um orçamento específico para a instrução pública.

As contas de receitas e despesas com a instrução deveriam fazer parte do orçamento geral da Câmara Municipal. Havia uma proposta da própria Câmara acerca da abertura de iniciativas de particulares para contribuições através de donativos, para que as casas de escola não dependessem unicamente da verba da Câmara.

Fazendeiros se colocavam como aliados na ampliação de escolas, pois seriam os mediadores da instrução em suas fazendas, abrindo espaço para instrução tanto de meninos quanto de meninas, de filhos de empregados, agregados, ou residentes em sua terra ou vizinhança.

Este debate local declara a existência de uma cultura política, que se expressa muitas vezes na dimensão da legislação, do controle dessas escolas e de sua regulamentação. As lutas políticas existentes entre as elites regionais caracterizam a dinâmica da instrução pública no período.

A especificidade da região pesquisada é apresentada nos relatórios de forma a nos fazer percebê-la. A propriedade agrícola é dependente do trabalho escravo até a abolição, e por isso, viveu com o predomínio do processo menos gradual de “liberdade” do que em outras regiões do país, em relação à abolição da escravidão. A permanência de muitas famílias

na região perpetuou práticas de escravidão mesmo após a abolição, através do labutar nas fazendas, mantendo relações entre senhores e ex-escravos. Esses fatores são essenciais para os estudos acerca da região com continuidades e descontinuidades do cativo à liberdade, como afirmam Mattos e Rios (2005).

O relatório do ano de 1881 segue discutindo a autonomia das câmaras municipais na ação local, além de apresentar o mapa regional de escolas e o número de alunos. Em Vassouras, havia, em 1881, dez escolas para o sexo masculino e seis para o feminino, que estavam em funcionamento. Em Paraíba do Sul, havia sete para o sexo masculino e quatro para o feminino. Estes números estão entre as 409 escolas públicas existentes na Província em 1881.

Convém destacar que, ao mesmo tempo em que o relatório de 1881 faz críticas alusivas à má atuação da Câmara Municipal em mediar verbas existentes para a abertura de escolas, o Diretor de Instrução menciona os progressos na expansão dessas escolas. É o expressar das nuances da atuação governamental local em confronto com os ideais da província que assevera a importância do investimento de verbas destinadas ao ensino, explicitando a preocupação com a instrução pública, seus desafios e as (não) permanências na ampliação da instrução no interior fluminense.

Os estudos sobre a expansão da instrução primária fluminense estão aliados ao reconhecimento das *culturas escolares* presentes. Procuramos entender o conceito³³ com base nos estudos de Vidal, Gonçalves & Faria Filho, Vinão Frago, ao expressarem que a escola foi construída sobre alicerces de lutas e tensões, e as práticas cotidianas em seu interior expressavam esses conflitos e instabilidades.

É importante investigar as práticas desta escola, a especificidade das representações e das práticas sociais expressas nos relatórios, nos pedidos de abertura de escola, na legislação. Embora se esperasse que este interior se apropriasse de um currículo único, com medidas e decretos únicos, o fazer cotidiano certamente era diferente em cada município, em cada instituição.

33 As culturas escolares constituem as diferentes manifestações de práticas que acontecem no interior das instituições escolares, abrangendo os sujeitos escolares (professores, alunos, leis, currículos). Essa cultura não é única, por isso, ao analisá-la, é importante lembrar que estamos olhando para as culturas escolares das instituições investigadas para este trabalho. Ainda assim, cremos que corremos o risco de homogeneizá-las, o que não é o papel deste trabalho.

2.2 – Sujeitos da escola: fontes, cor e silenciamentos

Investigando o ingresso de crianças negras nas escolas da região do Vale do Café diante dos projetos de construção da nação republicana e de formação da população no pós-abolição, a pesquisa procurou confrontar tais projetos frente aos anseios das populações que ocuparam a região, buscando compreender os possíveis significados que a escola e a instrução tiveram para esses grupos. A análise das fontes propiciou a problematização dos sujeitos escolares diante dos processos de formação do homem civilizado para a nação.

Fonseca (2008), em seus estudos, atestou que Minas Gerais era a província brasileira com maior número de escravos e negros livres em meio à sua população. De acordo com o autor, que estudou o acesso de crianças negras às escolas públicas no século XIX, é provável que este fator tenha contribuído para que a educação fosse importante papel a cumprir no processo de construção de um povo civilizado. Porém, para esse grupo, a instrução assumiu significados próprios:

(...) pode ser que os negros livres - que era um grupo de pessoas que sempre podia ser confundido com os escravos - foram os que mais rapidamente compreenderam o valor social da experiência escolar e a utilizou como mecanismo de afirmação sociorracial. [logo] (...) utilizavam a escolarização como forma de agregar um status social que os distanciasse do mundo da escravidão e, para isso, bastava a inserção na escola elementar como um meio de acesso à cultura letrada. (FONSECA, 2009, p. 596-597).

Na consulta aos documentos históricos, foi questionada a presença dos negros no Vale do Paraíba. Os relatórios de instrução do Fundo de Presidência incitaram perguntas. O aporte teórico-metodológico, aliado às fontes, apontou caminhos para a investigação da temática no campo da história da educação: *“a história da educação e a história da escola não se fazem sem uma problematização de seus sujeitos, alunos e professores e isso implica necessariamente a investigação de sua origem etnicorracial.”* (VEIGA, 2004, p.10).

A investigação densa das fontes colocou-me a par de algo inesperado para a região: a ausência completa da menção de cores em todas as fontes relativa à escola, exceto o jornal que me conduziu à pesquisa. O historiador precisa estar atento, pois, segundo nos remete Chalhoub (2011), um esforço minucioso a fim de decodificar e contextualizar os documentos pode conduzir a uma dimensão social do pensamento, focalizando detalhes para além do que está implícito.

Experiências, como as de Fonseca (2008) e Cruz (2009), foram utilizadas para ajudar na investigação. Alguns pesquisadores, como os citados anteriormente, em seus estados, conseguiram encontrar o quesito cor nas fontes referentes à escola, principalmente nos mapas escolares. Não foi o caso da investigação feita na região estudada, no Estado do Rio de Janeiro. Inicialmente, a ausência dessa informação trouxe uma frustração, embora tenha sido alertada de que não devemos ir para o arquivo com expectativas direcionadas, pois elas podem nos fazer perder os “detalhes” que Chalhoub (2011) lembra ao historiador. Reconhece-se que foi um “rico” presente perceber e discutir o silêncio das fontes.

Os estudos de Hebe Matos (2009) remontam ao processo de aparecimento/desaparecimento da cor. As ações dos sujeitos, que algumas vertentes históricas têm como “passivas”, acabaram marcando politicamente o período.

A história social da escravidão demarca a evidência da cor. Os estudos da mesma autora explicitam a ação governamental em 1851 quando o governo aprova duas iniciativas: a implantação de um registro civil e um recenseamento geral, normas próprias a um Estado Nacional moderno, de acordo com os trâmites internacionais. A cor da pele foi obrigada a aparecer nos registros de casamento, nascimento e óbito e também seria objeto de informação no recenseamento, mas ainda não institucionalizada. A institucionalização só se deu no primeiro censo de 1872, quando ficaram mais evidentes as classificações raciais, que fazem parte da história das estatísticas no Brasil, como podem contribuir indelevelmente os estudos de Senra (2010) e Paiva (2010), questão à qual retornaremos.

O decreto que determinou a realização do “censo” de 1851 ficou conhecido com “lei do cativo”. Causou revolta aos pernambucanos, logo se estendendo por várias províncias do nordeste, levando o governo Imperial à desistência.

Os motivos que geraram a resistência aos procedimentos da obrigatoriedade do registro civil de nascimentos e óbitos eram o medo da reescravização dos libertos. Os assentamentos eram feitos junto ao juiz de paz, e cada nascimento ou óbito era colocado em livro diferenciado. Mas outros problemas gerados pelo censo afetaram os livres:

No caso dos recém-nascidos de condição livre, deviam-se anotar data, hora e lugar do nascimento, nome, sexo, nomes dos pais em caso de filho legítimo, só da mãe não o sendo, de ambos se o pai reconhecesse o rebento no próprio ato do registro. No que tange a crianças escravas, quase tudo igual, salvo pelo lançamento do nome do proprietário, a cor do recém-nascido e, se concedida a liberdade, isto mesmo se declararia no ato. Controversa se mostrou a exigência de que os párocos só ministrassem o sacramento do batismo mediante a apresentação, pelo responsável, do registro de

nascimento, que ademais havia de estar feito “no prazo de dez dias depois de dado à luz o recém-nascido”. Nos óbitos, uma penca de informações — data e lugar do falecimento, nome, idade, estado civil, naturalidade, profissão, domicílio, nome dos pais, do cônjuge, a doença de que faleceu, se deixou testamento etc. —, mas o que pareceu preocupar as pessoas foi o requisito da certidão de óbito para que os administradores dos cemitérios ou “camposantos” dessem sepultura aos cadáveres. (CHALHOUB, 2012, p. 13).

Os libertos reagiram, trazendo mobilização por muitas províncias. A tentativa de recensear foi frustrada e ações para impedir a propagação do decreto foram feitas. Motins, invasões, ameaças a autoridades religiosas e policiais eram a forma de resistir à possibilidade de ser marcado pela cor.

O cerne do governo estava sendo conduzido por decretos que se avolumavam ao redor do mundo. A racialização crescia e se mostrava como símbolo do moderno para justificar a escravidão, ou para restringir o exercício de uma cidadania aos livres “de cor”.³⁴ Mesmo livres, eram confrontados com a marca da escravidão, a cor, que era silenciada por uma ética que insistia em prevalecer como possibilidade de igualdade.

Um ano antes do primeiro recenseamento, em 1871, foi aprovada a Lei da emancipação, ou Lei do Ventre Livre, que declarou livre o ventre da escrava, modificando as relações entre raça e cidadania radicalmente. Mattos (2009) argumenta que, até então, os homens livres de cor precisavam ser socialmente reconhecidos como tal. Após a Lei do Ventre Livre, cada senhor precisava apresentar a matrícula do escravo. Se uma pessoa “de cor” fosse encontrada sem matrícula, seria considerada livre, rompendo com a associação entre cor e escravidão.

Na construção do pensamento nacional, a questão racial foi instituída politicamente, pois, para tal existir, era necessário um meio que a legalizasse. Ao analisar os ideais republicanos, é importante lembrar que o interesse por um sistema nacional de educação já se faz manifesto mesmo antes da homologação da República. Esse interesse foi expresso, por exemplo, com o Manifesto Republicano em 1870, quando um grupo contrário ao regime Imperial propunha mudanças graduais na sociedade a fim de que em um futuro bem próximo se tivesse uma nação civilizada como alguns países da Europa. A instrução era apreciada como essa via de evolução. Frequentar a escola daria a esta pessoa condições de se adequar ao

34 Muitos estigmas foram provocados pela evidência da cor em dados oficiais. Hebe Matos ainda afirma que a “Revolta dos Marimbondos coloca em evidência o fato de que a maioria dos revoltosos, formada por homens livres pobres, não era tão inexpressiva do ponto de vista político. Não parece coincidência que, mais ou menos à mesma época, a prática de mencionar a cor dos brasileiros livres tenha praticamente desaparecido da documentação civil e criminal do país.” (MATTOS, 2009, p. 21)

mundo moderno, transformando-se em um eminente cidadão. Esse sujeito que estava na escola, que era representativa do “progresso”, não podia ter sua cor registrada, pois a cor era uma menção à escravidão. Se a escravidão já não existia, era melhor desaparecer com a cor.

A cor não estava nos mapas de quantitativo de escolas, relatórios de instrução pública, cartas de professores e tudo que envolvia a instrução nos municípios apurados. Esta escola, que geograficamente vivia tão perto da lembrança da escravidão, em cidades de senhores, fazendas, agricultura, famílias de ex-escravos, surgiu em uma sociedade que absorvia negros e mestiços no mundo dos livres.

Oliveira (2007) afirma que a Primeira República é a ocasião de ebulição das discussões brasileiras sobre a etnia, como aquela que determinaria o sucesso, assim como o fracasso dos propósitos da construção da nação, face também à legalização da abolição. A República se propunha a construir um novo projeto pedagógico a partir de uma educação que fizesse esquecer a escola imperial e difundisse novos saberes escolares na formação do cidadão, mas precisava lidar com a permanência de práticas culturais e com a diversidade social e cultural. Entre elas, os conflitos relacionados à cor, que, embora ausentes nos escritos, se faziam presentes nas relações cotidianas.

Mesmo sob ameaça dos livres de cor, em 1872, data do primeiro recenseamento, a classificação racial apareceu no censo geral. Quais os motivos do aparecimento da “raça” no primeiro censo? Senra (2010), investigando os sentidos assumidos pela classificação racial, apontou o Brasil como um dos raros países a ter feito essa classificação desde seu primeiro censo geral. Nos censos de 1871 e 1890, a cor foi apresentada na categoria raça, ausentando-se completamente nos censos de 1900 e 1920. Em 1940, retorna como categoria “cor”, permanecendo até o censo do ano 2000, como cor e raça, exceto em 1970.

O censo de 1872 aconteceu em meio a discussões emblemáticas que sustentavam a sociedade – monárquica, escravista, transitando para o mundo do trabalho livre. Discussões já veiculadas pelo Manifesto Republicano de 1870. Ao introduzir o quesito “raça”, separado de condição³⁵, o censo acabou por realçar as marcas do cativo na investigação da população. Diferentemente da inferioridade racial, presente no censo de 1890, explicitava uma hierarquia racial “*indispensável à transição para o regime de trabalho livre*”(CAMARGO: 2010, p.236)

35 Senra (2010) atesta que “**condição**” na classificação racial se referia à condição de nascimento, o que aos libertos e descendentes de africanos se relacionava aos direitos civis e à restrição na participação política ainda que atingissem os requisitos de renda. Com isso, revelava-se a centralidade da instituição escravidão na sociedade imperial. O mesmo autor afirma que a disseminação da expressão “pardo livre” se direcionava para a ascendência escrava africana. Expressões desse tipo eram utilizadas para localizar a população.

O censo de 1890 carregava a marca positivista do movimento militar que abalizou os primeiros anos da República. Neste censo, a população foi dividida, segundo sua raça, em: brancos, pretos, caboclos e mestiços. Na análise de Senra (2003), a mestiçagem foi elevada à condição de categoria, atendendo aos ideais de branqueamento. Assim, o censo de 1890 atendia às expectativas das elites, subtraindo, da sociedade, os negros e sua descendência.

O discurso do censo de 1890 trouxe a miscigenação como centro da questão do discurso censitário, assumindo sentidos e, ao mesmo tempo, construindo uma imagem progressista do país, baseando-se em seu crescimento urbano e comercial, exaltando a imigração europeia como redentora do patrimônio nacional.

Algumas categorias merecem uma discussão mais contundente, entre elas, a *condição*, que foi abolida do censo de 1890, sem se fazer valer de quaisquer comentários e explicações. A abolição já havia sido outorgada, e apagar os vestígios da escravidão das bases da memória oficial se fazia necessário. A outra categoria é a frequência escolar.

A frequência escolar atendia ao ideal de “civilizar a nação”. Logo após o primeiro censo, o Diretor do Departamento Geral de Estatística afirmou que os governos mais esclarecidos libertariam os recém-nascidos e deveriam rapidamente promover a tarefa de educar a massa, a que chamou de “ignorante”, referindo-se à população livre. O censo de 1872 revelava essa urgência, mas em 1890 ela foi suprimida do censo, dando lugar às questões sobre a chegada de imigrantes e sua alocação, fundamentais para fortalecer os debates que envolviam as questões étnicas.

A frequência escolar chamava a atenção para a escola que, sendo palco de debates dos aspectos inerentes à política, vive e reproduz os conflitos sociais e históricos por ser um ambiente de formação, identificado com o progresso. A instrução primária deveria ser aquela que garantiria a ordem total, minimizando ou fazendo desaparecer os crimes e revoltas. Além da escola primária pública, outras iniciativas também contribuiriam para esta perspectiva governamental de instrução, explicitando a preocupação com a manutenção da ordem pública, como os asilos e internatos para menores.

No próximo capítulo, privilegio a proposta de instrução para menores tutelados, que, em geral, estavam sob a guarda de suas mães, que prometiam, diante do Juiz de Órfãos, os cuidados necessários à “sobrevivência”, inclusive, ler, escrever e contar. Eram meninos e meninas que, subsidiados pela legislação, deveriam desfrutar da instrução e viviam em meio às estratificações encontradas na sociedade, em que espaços e modos de vida, atrelados à

experiência cotidiana, se interligavam a outras concepções de mundo que direcionariam suas vidas.

CAPÍTULO 3

CUIDAR E INSTRUIR: TERMOS DE TUTELA E INSTRUÇÃO NO VALE

Embora o caminho inicial para esta pesquisa tenha sido trabalhar a instrução pública, o contato com as fontes conduziu-me à investigação de outras formas de educação presentes no interior fluminense. O levantamento de fontes do Fundo de Escravidão, que, embora não tenha documentação específica sobre educação, elucidou possibilidades de debates sobre outros modos de ensinar concomitantes à instrução pública, o que possibilitou explorar as fontes e seus significados, trazendo formas inovadoras e expressões singulares à historiografia da região.

[...] a história é uma disciplina do contexto e do processo; todo significado é um significado – dentro de um contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas. (THOMPSON, 2011, p. 243)

A expressão nova dada à documentação a partir da investigação dos termos de tutela levou aos encaminhamentos dados por alguns proprietários de terras a respeito do destino de menores, em sua maioria, filhos de ex-escravos. Estes termos eram envoltos por promessas de alimentação, cuidado nas moléstias, aplicação de fundos monetários e, sobretudo, instrução. O contexto em que esses documentos eram gerados pelos senhores de terra do chamado interior fluminense no fim do século XIX e início do XX permite perceber os significados da instrução para os tutores e para os pais dos menores, em sua maioria, meninos na faixa de idade entre 6 e 16 anos.

Tendo como ponto de partida os termos de tutela, investigou-se a recorrência da promessa específica de instrução junto à instância jurídica na documentação referente a municípios localizados no chamado Vale do Café, no Estado do Rio de Janeiro, assim como o crescimento desses pedidos na região no pós-abolição. Neste sentido, percorreu-se o caminho para discutir os limites de liberdade e instrução de crianças negras no interior fluminense.

Junto aos termos de tutela, há rico acervo documental de fontes manuscritas, tais como resposta dos juízes, relação de crianças contendo nome, idade, cor e nome da mãe, cartas de desistência da tutela desses menores devido ao mau comportamento, fuga e até mesmo

casamento, no caso das meninas. Os pedidos de tutela têm como argumento a conduta duvidosa dos responsáveis, no caso, a mãe. Esse fato é recorrente em quase todos os termos.

Por meio da documentação já analisada, podem-se problematizar as intencionalidades e os sentidos das promessas de instrução, tanto para senhores quanto para os tutelados e suas famílias, colocando em debate as visões sobre instrução dentro deste contexto rural.

A partir da análise deste acervo, é possível contribuir para afastar o silêncio, ainda hoje persistente, ampliando nosso conhecimento histórico sobre tempos, espaços, saberes, sujeitos e práticas educativas no interior fluminense, ainda que advindas de particulares.

3.1- Tutela e instrução: caminhos legais de um processo

Os pedidos de tutela são apresentados como instrumentos de controle social exercidos sobre as crianças pobres, filhos de ex-escravos, no decorrer das últimas décadas do século XIX. Estes pedidos estavam tinham por base as Ordenações Filipinas, compilação jurídica que vigorou em todo o período do Brasil Colônia e que também regia Portugal.

Com base na referida legislação, os juízes de órfãos deveriam indicar um tutor para os órfãos. Os tutores deveriam dar conta de alimentação e vestuário dos órfãos, além de mandar ensinar um ofício e a aprendizagem das primeiras letras:

E mandará ensinar a ler e escrever aqueles que forem para isso, até a idade de doze anos. E daí em diante lhes ordenará sua vida e ensino, segundo a qualidade de suas pessoas e fazenda (...) E se forem filhos de oficiais mecânicos, serão postos a aprender os ofícios de seus pais, ou outros, para que mais pertencentes sejam, ou mais proveitosos, segundo sua disposição e inclinação, fazendo escrituras públicas com os Mestres, em que se obriguem a os dar ensinados em aqueles ofícios em certo tempo arrazoado, obrigando para isso seus bens. E o Tutor ou Curador com autoridade do Juiz obrigará os bens dos Órfãos e suas pessoas a servirem os ditos Mestres por aquele tempo no serviço, que tais aprendizes costumam fazer. E o Juiz que isto não cumprir, pagará ao Órfão toda a perda e dano, que por isso lhe causar.³⁶

A instrução deveria ocupar o lugar de ordenação e manutenção de prerrogativas impostas para manter a hierarquia. Nas Ordenações, havia uma série de pontuações para que esses órfãos tivessem de seus tutores o que a legislação impunha. Segundo Silva (2011), as

³⁶ Ordenações Filipinas. Livro 1, Título 88, Itens 15 e 16, p. 212. Texto disponível em: <<http://www.uc.pt/ihti/filipinas/ordenacoes.htm>>. Acesso em 20/08/2013.

estratégias para educar os menores favoreciam uma sociedade que diferenciava as pessoas por sua condição ao referir-se a ensinar segundo a qualidade das pessoas e posses. Este ensino vertia sobre o ler e o escrever, mas também sobre formar moralmente o indivíduo. É importante, no decorrer deste capítulo, pensar a especificidade do interior fluminense, mas também as possíveis relações com outras regiões, como colaboram os estudos sobre o aprendizado da leitura e escrita de crianças negras em Minas Gerais:

O esclarecimento sobre as características e o papel da educação – particularmente do aprendizado da leitura e da escrita – na América portuguesa, passa pela confluência dos estudos sobre a escolarização, a alfabetização, a cultura escrita, na perspectiva da história social, que permita a compreensão dos mecanismos de funcionamento da sociedade da época, suas redes de relações, seus valores. A Capitania de Minas Gerais apresenta condições propícias para este tipo de estudo, uma vez que era fortemente urbanizada, com marcante presença do Estado, e na qual a cultura escrita, fomentada ou não pela existência concreta de escolas, assumiu funções expressivas (FONSECA, 2008, p. 12).

Os valores relacionados à instrução no interior perpassam pelas questões de ordenação e formação para o trabalho e assumiram duas funções na abertura e fechamento de escolas, como vimos no capítulo anterior, mas também contribuíram para a visualização de como outras formas de instrução puderam se coadunar com a instrução pública. O aparecimento da instrução nos termos que analisaremos aqui contribui para a discussão acerca da necessidade de dar educação e o aprendizado de um ofício para que o menor não se tornasse um problema para a sociedade.

A tutela que antes se destinava a menores de famílias com posses³⁷, com a Lei do Ventre Livre, se apresenta como uma das tentativas senhoriais de manter e dar novos significados às relações de dependência³⁸, influenciando no processo de reorganização das relações de trabalho. A experiência dessas crianças se confundia com as experiências do cativo, mostrando as relações entre liberdade e escravidão:

A LEI RIO BRANCO

Lei nº. 2.040 de 28 de Setembro de 1871

37 Autores como Zero (2004) e Sousa (2009) contribuem com a discussão advinda de tutoria/orfandade, tutoria/menores abastados.

38 Aproprio-me do conceito cunhado por Sidney Chalhoub em sua obra *Visões de Liberdade*. Chalhoub (2011) vem contribuir com o conceito de **dependência**, pois afirma que a demarcação relativamente incerta entre escravidão e liberdade era a estrutura da nossa sociedade, sendo um cenário propício à dependência e ao paternalismo, tanto para trabalhadores quanto para os libertos.

Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. A Princesa Imperial Regente, em Nome de Sua Majestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral Decretou e ela Sancionou a Lei seguinte:

Art. 1o Os filhos da mulher escrava, que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 1o Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos.

A lei Rio Branco ou do Ventre Livre, além de outros pontos, declarava livres os filhos das escravas nascidos a partir da data da promulgação da lei, o que fez diferença tanto para escravos quanto para senhores, pois eram obrigados a cuidar das crianças até a idade de 8 anos. Após esse período, os senhores poderiam receber uma indenização estatal ou usar o trabalho dos ingênuos até os 21 anos, como afirmam os estudos de Ana Rios e Hebe Mattos (2005). Segundo as autoras, grande número de ingênuos³⁹ continuou a viver nas fazendas como escravos, inclusive sendo ilegalmente comercializados. Ao colocar os ingênuos sob sua tutela, a lei reiterava o destino dos escravos libertados sob o controle daquele que o possuía.

As crianças que eram entregues ao governo pelos senhores eram amparadas por sociedades emancipadoras, que libertavam os escravos durante a escravidão de acordo com as possibilidades existentes, e uma dessas sociedades aparece na documentação que discutiremos mais adiante neste capítulo.

Estudos como os de Zero (2004) e Sousa (2009), que analisaram experiências similares, ajudaram nos diálogos acerca da tutela, soldada e instrução, sendo que Ribeiro (2011) trabalhou efetivamente com alguns termos do mesmo fundo, explorando as relações com o trabalho dos menores.

A percepção dos percursos legislativos e as experiências relacionadas contribuem para problematizar o período histórico e a atmosfera social das necessidades, exigências e possibilidades nos pedidos de tutela. De acordo com Bastos (2004), tais pedidos vão incidir de

39 Francisco (2007), analisando os estudos de Anna Gicelle García Analiz (1997), mostra que o termo ingênuo, utilizado na Roma antiga, designava o indivíduo que, ao nascer, continuava livre, independentemente se ser filho de liberto. Este termo foi utilizado para referir-se ao filho da escrava que seria beneficiada pela Lei do Ventre Livre. Só que, em Roma, os ingênuos tinham direito à cidadania, desde que tivessem nascido em Roma, o que não era a pretensão da sociedade brasileira.

forma mais contundente no pós-abolição, com a identificação dos autos de tutoria e contrato com o trabalho compulsório dos “órfãos”, de acordo com as visões sobre o trabalho construídas nesse período.

Foram analisados 15 pedidos de tutela, que datam de 1888 a 1903, todos eles do período do pós-abolição. Em muitos documentos, a tutela e a soldada pareciam caminhar juntas. Nos termos de tutela, foco desta discussão, não estavam explícitas as relações de obrigatoriedade com o trabalho, embora não haja indicações da total inexistência dele no cotidiano dos menores tutelados. No contrato de soldada, estava claro aos envolvidos o cuidado ao menor exclusivamente para a prestação de serviços.

O pedido analisado foi o de João Corrêa do Brasil que, sendo proprietário agrícola na Província de Paty do Alferes, pede ao Juiz substituto dos órfãos, a tutela da criança Cesaris, de 12 anos, filho de Ambrosina. Miguel, de 9 anos, é filho de uma outra ex-escrava, cujo documento não contempla o nome. O pedido data de 11 de setembro de 1891. O proprietário afirma que as mães não têm condições e são incapazes de conduzi-los. Ele pede a tutela e os serviços nas seguintes condições: além de vesti-los e tratá-los nas enfermidades, propõe-se a ensinar-lhes a ler e a recolher uma quantia à caderneta da Caixa Econômica da cidade. Ele promete recolher semestralmente para Cesario 30.000 réis e 24.000 réis para Miguel. A promessa é de ficar com eles até completarem vinte e um anos de idade.

Assim como neste termo, a base do pedido de tutela foi a alegação de que a mãe não tinha condições de cuidar dos menores. A presença dessa afirmação é recorrente em todos os pedidos analisados, como se poderá ver no decorrer deste capítulo. Estudos de Francisco (2007), em Minas Gerais, analisaram tal fato. As mulheres eram sempre descritas como bêbadas, irresponsáveis ou envolvidas com prostituição. A marca de ser pobre e liberta ou escrava contribuía para que essa mulher (mãe ou avó) ficasse mais exposta, vulnerável a esse tipo de ação ou de acusação.

Na mesma documentação, está anexado o acompanhamento destes menores por cerca de dois anos depois, em 1893. Caminhos, promessas e dissabores são expressos nas linhas que se seguem:

Ilmo Sr. Juiz de órfãos

Vassouras, 19 de abril de 1893.

O comendador Quintiliano Caetano de Fraga, tendo contratado os serviços dos menores Cesário e Miguel, obrigou-se a recolher as soldadas semestralmente à agência da caixa econômica Federal desta cidade desta cidade. Em cadernetas instituídas em nome dos ditos menores.

Aconteceu porém, ser construída a agência da Caixa Federal e só recentemente instalou-se a Caixa Econômica Federal.

Quer agora o (?) instituir as cadernetas e declara que se Vs^a assim entender, entrará também com os juros que as quotas terão produzido, se recolhidas tivessem sido em prestações semestrais. .

Um dos menores, Cesário, se acha presentemente preso na cadeia desta cidade provincial por crime de morte, o que constitui uma justa causa para a desistência que o suppe faz de seus serviços, que devem ser retribuídos até a data da prisão.

Assim, o suppe requer e pede Vossa Senhoria que junta a esta aos autos de locação de serviços impetrados pelo suppe, se torna por termo a desistência dos serviços impetrados pela Suppe, se torna por termos a desistência dos serviços do menor Cesário e, feita a conta, se peça guia para serem instituídas as cadernetas como que a um e outro trocar;⁴⁰

Os documentos acima analisados tratam de questões já no pós-abolição. O contrato para o trabalho é feito, desfeito, havendo nas linhas uma confissão do não cumprimento dos depósitos, alegando a não existência da Caixa Econômica. As crianças foram acolhidas para prestação de serviços, situação recorrente após a abolição. Nos trâmites, poderia haver rompimento do contrato se alguma parte não cumprisse com suas obrigações. No caso acima explicitado, o menor, segundo seu contratante, envolveu-se em um “crime de morte”.

Quais as circunstâncias que poderiam ter conduzido o menor a essa prática? Não encontramos na documentação referida relatos dos menores. Mas certamente a vivência no mundo do trabalho trazia a este menor uma visão de escravidão em meio à liberdade. O trabalho agrícola não era diferenciado do trabalho dos adultos, sua legitimidade para acontecer confirmava o projeto governamental de diferenciar legalmente liberdade de escravidão. Mas as práticas apontavam para uma realidade que confirmava a perpetuação das dominações. A dominação aqui é social, amparada pela justiça, mesmo que constitua uma burla às regras da instituição da soldada, à medida que os senhores agiam com considerável margem de liberdade.

As contribuições dos estudos de Arethusa Helena (2004) propiciam a compreensão das funções que envolviam o ofício de Juiz de Órfãos, que aparece como elemento decisivo nos processos relativos aos menores. O Juiz era o representante do Estado, redefinindo as relações sociais e familiares. Ser juiz de menores era ter atributos que definiam a vida destes menores. Ele tinha a incumbência de entregar os órfãos à soldada e fiscalizar os tutores. Representava o poder público para se fazer cumprir a legislação acerca dos “direitos” dos menores. Mesmo na condição de libertos, muitos pais viram seus filhos serem tutelados ou

40 CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA - Documento código: 1036643710018 – Menores.

colocados sob soldada.

Havia controle e vigilância nos processos. Eles eram entregues para visualização de quais menores estavam sob a guarda do referido suplente. Investiguemos o contrato de locação da Fazenda de São Roque, em Vassouras (Tabela 6).

TABELA 6

Relação dos menores ingênuos da Fazenda de São Roque⁴¹

NOMES	COR	IDADE	FILIAÇÃO	PREÇO MENSAL
1 Izidoro	preta	16 anos	Leonor	46.000
2 Orminda	parda	16 anos	Roza	46.000
3 Faustina	parda	15 anos	Jacintha	36.000
4 Ozório	preta	15 anos	Leopoldina	36.000
5 Coleta	preta	15 anos	Palmira	36.000
6 Vital	preta	15 anos	Sebastiana	36.000
7 Gertrudes	parda	15 anos	Mafalda	36.000
8 Eunafico	Preta	15 anos	Lazarena	36.000
9 Creuza	preta	14 anos	Leonor	21.000
10 Celuta	fula	14 anos	Mariana	26.000
11 Cora	fula	14 anos	Isabel	26.000
12 Horácio	Preta	14 anos	Idalina Antônia	26.000
13 Lilia	Fula	13 anos	Virgínia	26.000
14 Tiberio	Preto	13 anos	Perciliana	26.000
15 Severino	Parda	12 anos	Jacintha	26.000
16 Corina	Preta	12 anos	Leonor	26.000
17 Amaro	Preta	11 anos	Leopoldina	16.000
18 Balbina	Preta	11 anos	Virgínia	16.000
19 Candida	Preta	10 anos	Maria Candida	_____
20 Leonel	Preta	9 anos	Leonor	_____
21 Napoleão	Preta	9 anos	Laurinda	_____
22 Cezar	Parda	8 anos	Aguida	_____
23 Gaspar	cabra	10 anos	Idalina Angélica	16.000
24 Miguel	Parda	7 anos	Úrsula	_____

41 Fonte: Documento 104664411008 – Termo de 05/07/1888. Interessante constar que mesmo após a abolição, os tais menores são qualificados como ingênuos.

A lista acima foi entregue ao Juiz de Órfãos Raimundo Correa⁴², Bacharel em Direito, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, membro do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, por Francisco Alvares de Corrêa.

No alvará é pedido ao Juiz que seja dada a soldada dos menores. Há menção à legislação vigente do Império, uma breve exposição sobre os filhos de mulheres libertas que foram suas escravas e que continuam em suas casas. Enfatiza que, além das vantagens que ele tem proporcionado, se compromete a dar alimentação, vestuário, tratamento nas enfermidades e educação compatível com a condição dos mesmos órfãos, em número de 25, como confirma a Tabela 6.

As mães permanecem nas casas de seus senhores mesmo após a abolição. Este fato corrobora os estudos de Hebe Mattos (2005) sobre a permanência de libertos na região do Vale do Paraíba, modificando as relações com o trabalho, demonstrando a permanência de práticas de exploração mesmo diante da liberdade legal. Uma liberdade não planejada e a marca de um passado escravo se faziam presentes nas relações estabelecidas, mas, por outro lado, ele se dispõe a remunerar o trabalho dos menores. Além dos trâmites legais, suponho que as questões relacionadas aos termos de soldada pudessem ser resultado das negociações com as mães para garantir a permanência de grupos na fazenda. As relações cotidianas certamente se davam como forma de “burlar” a lei, garantindo novas relações no mundo do trabalho livre em transição.

Este mesmo suplicante tem sob sua responsabilidade mais onze menores, mas não havia feito o reconhecimento deles. O Juiz o impele a fazê-lo e enviar os dados como nome, cor, idade, filiação e a quantia mensal que seria depositada por cada um deles. Este grupo

42 Segundo a Academia Brasileira de Letras, Raimundo Correia (R. da Mota de Azevedo C.), foi magistrado, professor, diplomata e poeta, nascido em São Luís MA, faleceu na França em 1911. Filho de desembargador José Mota de Azevedo Correia, descendente dos duques de Caminha e Maria Clara Vieira da Silva. Em seu círculo de amigos, estavam Raul Pompeia, Teófilo Dias, Eduardo Prado, Afonso Celso, Augusto de Lima, Valentim Magalhães, Fontoura Xavier e Silva Jardim, influentes como poetas e políticos.

Colaborou em jornais como “O Vassourense”, fundado em 1882, importantíssimo para a região do Vale do Paraíba e, em seus escritos, expressava suas fortes convicções republicanas. Em começos de 1889, foi nomeado secretário da presidência da província do Rio de Janeiro, no governo do conselheiro Carlos Afonso de Assis Figueiredo. Em 1897, foi nomeado segundo secretário da Legação do Brasil em Portugal. Ali edita suas poesias, em quatro edições sucessivas e aumentadas, com prefácio do escritor português D. João da Câmara. Por decreto do governo, suprimiu-se o cargo de segundo-secretário, e o poeta voltou a ser juiz de direito. Em 1899, residindo em Niterói, era diretor e professor no Ginásio Fluminense de Petrópolis. Em 1900, voltou para o Rio de Janeiro, como juiz de vara cível, cargo em que permaneceu até 1911. FONTE: <http://www.academia.org.br> – acesso em 23 de janeiro de 2013.

específico de onze menores tinha entre 9 e 19 anos, mais velhos do que os do quadro supra-citado.

Neste documento, o Juiz diz que ele é obrigado a ensinar as primeiras letras. Do contratante sempre se requereria prestação de contas. Ao fim do ano de 1888, ele presta contas, dizendo que desistira do grupo devido a um acontecimento em sua fazenda: algumas meninas se casaram e outras foram acompanhar suas mães, que resolveram sair da fazenda para tentar viver os caminhos que a liberdade judicial propunha, embora ainda aprisionadas pelos resquícios da escravidão.

A contraposição radical entre escravidão e liberdade impossibilita ver a ação política desses sujeitos. Certamente as fronteiras entre escravidão e liberdade eram muito próximas na experiência cotidiana desses menores tutelados. Tinham como marca a cor, em muitos momentos relacionada ao passado de escravidão. Evidenciam-se então as variadas compreensões da relação entre infraestrutura, que é a expressão das relações sociais e da superestrutura, que se expressa no conjunto das representações sociais e políticas.

O diálogo com Chalhoub (2011), que fez uma análise das relações afetivas estabelecidas no processo de abolição, afirmou que a liberdade pode ter representado a “*esperança da autonomia de movimento e de maior segurança na construção das relações afetivas*” (p. 98). Para essas meninas, sair da casa de seus tutores, constituir família e acompanhar suas mães, ou o se recusar a permanecer na presença do tutor é uma forma de expressar o significado de ser livre, além da situação jurídica. Era um caminho para se exercer politicamente, pois a reescravização ilegal era rotineira, e a liberdade, um conceito complexo no período. Ser livre não pressupunha autonomia, direito de ir e vir, mas segurança nas relações de dependência, como nos faz ver Chalhoub (2011).

Nos termos analisados, esses menores não têm voz, mas suas atitudes e ações estão lá, relatadas pelas visões dos seus tutores. Na visão desses tutores, eles eram rebeldes, não correspondiam aos contratos feitos em juízo, mas essas ações podem ser compreendidas como formas de expressão a respeito de sua condição de tutelados. A presença da servidão era muito próxima, ainda mais que, como já foi expresso aqui, as meninas haviam sido tuteladas por ex-senhores de suas mães. Havia “modos radicalmente distintos⁴³”. A atitude das meninas tuteladas sugere a existência de vivências e significados marcados por relações de gênero na

43 Sidney Chalhoub(2011) explicita esses diferentes modos de reagir e agir com a vida em liberdade dos negros Para o autor, viver em liberdade não podia significar a necessidade de existir só para produzir dentro de determinadas condições.

região que merecem uma investigação apropriada.

Outro documento analisado é o encaminhado ao Juiz de Órfãos, Raimundo Corrêa. Em agosto de 1888, após a abolição, Luiz Pereira Faro, de quem não há informações específicas, apresenta, através de petição escrita ao Juízo de Órfãos, um pedido de tutela de dois menores, netos da liberta Jacintha. Segundo o suplicante, a ex-escrava vive constantemente embriagada, servindo de exemplo de imoralidade às crianças. Junto ao pedido, uma promessa de criar os meninos em um ambiente de solicitude e amor.

Um dos menores, com idade de 10 anos, foi admitido no Asilo Agrícola de Santa Izabel, que, de acordo com os estudos de Schueler (2000), era um instituição que tentava estabelecer uma política de educação moral e religiosa, assim como instrução elementar e ensino agrícola, quando o desenvolvimento da agricultura já estava em decadência. Tal instituição visava a atingir meninos e meninas desamparados por suas famílias ou filhos de escravos. Sendo assim, um dos netos da liberta Jacintha pode ter conseguido acesso por meio de Luiz Pereira Faro, e, mesmo não havendo informações sobre sua trajetória, ele poderia fazer parte do grupo de sócios titulares.

Rizzini (2004) faz uma abordagem sobre a institucionalização de crianças pobres no Brasil, mostrando os caminhos na história, as permanências e mudanças. A inquietação com a infância está no cerne das questões da formação para o trabalho, ordem e disciplina no período. Os estudos de Abreu e Martinez (1997) ainda atestam que a preocupação em amparar crianças pobres não se restringia apenas a ingênuos, mas sim a crianças nacionais e estrangeiras das classes populares. Estes estudos contribuem para perceber os caminhos traçados para institucionalização dos menores.

Um outro neto de Jacintha, com 8 anos, é requerido por Luiz Pereira Faro. O suplicante enfatiza a inconveniência de entregá-los à avó. Disserta sobre a importância de ser ele o tutor, que velaria por ele e o encaminharia para ser útil a si mesmo, à sociedade e, segundo ele, até à própria avó. Na maioria dos termos, é perceptível essa relação com a construção de um indivíduo útil à sociedade, mão de obra para os trabalhos no campo. Constitui exercício imprescindível olhar para esta sociedade local rural, que convivia em seu cotidiano com as construções advindas de uma sociedade que respirava o “cheiro da escravidão” bem de perto.

A promessa de crianças providas de cuidado, habitação e alimentação é ressignificada, após a abolição, pela promessa de instrução. Os significados de instrução perpassam a leis, as práticas e vêm demarcar uma proposta mais contundente de formação do cidadão: o educar

para um novo “tempo”, uma nova sociedade.

Educar significa inculcar no indivíduo “essas grandes qualidades que tornam um cidadão útil e o fazem compreender os seus deveres e os seus direitos”. Ora, que grandes qualidades são essas que fazem de um indivíduo um cidadão “útil” de “caráter”? O amor e o respeito religioso à propriedade são, sem dúvida, qualidades fundamentais do bom cidadão. [...] Educar o liberto significa transmitir-lhe a noção de que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida “civilizada” (CHALHOUB, 2001, p.69).

Essa perspectiva do educar é importante para pensar a região, com sua tradição oligárquica, quando as relações de senhor-servo ainda eram uma realidade na mente e ação de muitos senhores. O direito e o dever faziam ainda parte de sociedades diferentes. Analisar o processo permite-nos, ainda que gradualmente, perceber como utilizavam os paradoxos sociais para construir sua própria liberdade.

Várias leis aprofundam essa discussão, ampliando a visão de que estes senhores não são benevolentes ao proporem tutela com instrução a esses menores. Um dos decretos analisados é o de número 70, de 15 de abril de 1890, que declara obrigatória a instrução pública no Estado do Rio de Janeiro, inclusive para os tutores⁴⁴. Essa lei já vinha imbuída de valores que se referem também ao próprio menor e, como atestam Carvalho e Nunes (2005):

A maior valorização, atribuída mais ao futuro da criança do que ao presente, provocaria a afirmação não só da necessidade, mas também da generalização de uma relação pedagógica que progressivamente invadiu toda a vida social. (CARVALHO e NUNES, 2005, p. 21)

A discussão sobre o futuro da criança mostra que a instrução requerida por lei passava pela instrução do ensinar a ler e escrever. As promessas de instrução se tornam ainda mais específicas a partir de 1890, data da aprovação do decreto de obrigatoriedade de ensino.

O papel social dos tutores é ampliado diante deste decreto. Criança em tutela era criança com contato obrigatório com a instrução, com o ler e escrever. Havia um decreto, um

44 O Decreto sobre a obrigatoriedade do ensino tinha mais dois artigos que se referiam à obrigação dos tutores com a instrução dos menores: **Art 27** – *O pai, tutor ou protector que tiver que por seu filho, tutelado ou protegido na escola, é obrigado a matriculá-lo na mais próxima de sua residência sob pena de multa de , que será elevada a 10\$ nas rsidncias, e imposta administrativamente pelo inspector do districto.*

Art. 28 – *Além das penas em que incorrer, em virtude do disposto no regulamento de 16 de dezembro de 1876, o pai, tutor ou protector que sem razão fundada e provada consentir que seu filho, tutelado ou protegido deixe de frequentar seguidamente a escola ou que não lhe der instrucção primária, fica sujeito, mensalmente, à multa de 5\$, que será imposta administrativamente pelo inspector de districto ou pelo diretor da instrucção.*

cotidiano, letras, números e escrita. Sobretudo poderia haver ausência de instrução mesmo diante do decreto.

Instrução e tutela faziam parte de um projeto ampliado de civilidade, tão presente nos ideais republicanos. Ela fazia parte dos ideais de criação de uma nação ordeira e civilizada, tendo como modelo os países europeus, e deles se apropriavam novos métodos e novas formas de fazer, sempre objeto de disputas políticas explicitadas nos relatórios e nos documentos relacionados à instrução.

Olhar apenas para os documentos do Fundo de Tutela⁴⁵ sem problematizá-los e analisá-los à luz da legislação vigente, de um contexto histórico de ideais de nação, poderia me conduzir à suposições e “certezas” que se distanciam do ofício do historiador e de uma articulação com um lugar de produção socioeconômio, político e cultural, como afirmam os estudos de Certeau (2011).

Em muitas ações, como os do termo de tutela, as promessas são subvertidas. Não há rejeição explícita ou modificação, mas outra maneira de usar o que foi legislado, neste caso, a instrução de menores. Escapavam ao poder sem deixá-lo. Se a promessa de instrução, que era legislada, estava sendo cumprida ou não, não foi possível investigar minuciosamente devido à ausência de fontes.

Na tentativa de discutir a instrução dos tutelados, o cruzamento de fontes foi de suma importância e um exercício de “deixar-se” analisá-las. Para tal, mais uma vez, retornamos ao *Almanach do Vassourense*.

Na edição de 1888, na página 262, foram apresentados os quadros de pessoal pertencente ao município de Vassouras e região. Além de vereadores, secretários e bibliotecários a serviço de Vassouras, foram apresentados os professores municipais e as respectivas escolas primárias em que trabalhavam. É claro que por si só esta notícia nos mostra um pouco do fazer vassourense, das questões envoltas na municipalidade. Mas, junto à apresentação dos cargos municipais, são apresentados os juizes de órfãos. Entre os juizes, estavam Raimundo Corrêa, veemente em suas ideias republicanas e também escritor no *Jornal Vassourense*.

Os juizes de órfãos eram os responsáveis por autorizar os pedidos de tutela e exigir o cumprimento do "ofício" de tutor. Não foram visualizadas práticas de inspeção nas ações dos tutores, como, por exemplo, um levantamento nas escolas municipais, ou casas de escolas

45 Fundo pertencente ao Centro de Documentação Histórica, na documentação sobre escravidão.

para saber quantos tutelados estavam recebendo instrução. O que se percebeu, pela documentação investigada, é que tutores e juízes pertenciam à mesma rede de relações, como nos mostram as páginas do *Almanach*, assim como os professores. Assim, para os pedidos de tutela, convém investigar quem eram os mediadores deste processo e se a promessa de instrução é recorrente nos termos por causa de uma exigência legal, possivelmente muitos tutores tinham acesso aos professores municipais e, conseqüentemente, à escola pública primária.

A ideia expressa nas páginas do *Almanach*⁴⁶ é que professores, juízes e tutores faziam parte da mesma sociedade e eram reconhecidos pelo governo municipal. O *Almanach*, que funcionava como uma espécie de classificados, apresentava-os à sociedade dos arredores como parte de uma ‘grande equipe’ a serviço do município.

As práticas e experiências cotidianas dos menores foram conhecidas e problematizadas ainda que com a lacuna de fontes, o que também contribui para os estudos. As experiências, temores, desafios, inclusões e exclusões devem ser investigados. Além desses aspectos, a ação de cada governo local precisa ser analisada, pois as elites fluminenses tinham representações socioculturais e intervenções nas práticas locais.

Investigar os termos de tutela ajuda a perceber melhor o “embaralhamento” das práticas sociais no interior fluminense com suas ações de instrução mediadas pela teia de relações existentes no Vale, compostas de senhores de terras, ex-escravos, famílias, políticos e uma sociedade que vivenciou muito de perto o processo de abolição e pós-abolição. Os atores sociais envolvidos nos processos de pedido de tutela e soldada de menores filhos de ex-escravos fazem parte de uma rede de sociabilidade que impõe, perpetua e apresenta possibilidades.

Os embates explícitos nos termos de tutela no interior fluminense não são mais ou menos importantes que os de outra localidade, apenas se constituem de maneira diferente, construindo seus próprios significados diante das leis, importantíssimas para a investigação de quaisquer processos na história da educação.

As leis contribuem para a formulação de novas questões referentes à cultura escolar da região, às possíveis negociações dos sentidos de ser e fazer instrução e de seus sujeitos. Além disso, explicitam as possibilidades da configuração de essa instrução surgir como referência

46 *Almanach d'O Vassourense de 1888* – p. 349 a 351. Nesta edição, é apresentada a lista de suplente de vários cargos, inclusive, de Juiz Municipal e de Órfãos. Lucindo Filho, Redator do *Almanach*, é apresentado como primeiro suplente do Juiz Raymundo Correa.

para a identificação desses sujeitos.

Não se pode esquivar da discussão política em que cada lei foi criada, mostrando em muitos momentos os ideais das elites fluminenses. O fazer dos tutores sob leis outorgadas pela Assembleia Legislativa poderia, de alguma forma, ser burlado pelo não cumprimento da promessa de instrução. As leis, assim como a forma de vê-las, permitem ao historiador da educação compreender a instrução e as relações com a legislação neste contexto em que a educação é vista como valor fundamental para dar ao indivíduo ordenamento e bases para a vida social, para legitimação do Estado e formação do indivíduo.

3.2 - Por uma pedagogia do trabalho - Relações de trabalho, infância e instrução

“ Cada menor prestará serviços no estabelecimento agrícola, conforme forças de cada um. O tutor é obrigado a ensinar as primeiras letras, dar alimentos, vestuário e tratamento nas moléstias até completar a idade de 21 anos. Deverá mostrar as cadernetas de depósito na caixa sempre que requerido”⁴⁷

O fragmento acima, presente em um dos termos analisados, expressa a ação legal que se deveria estabelecer com os menores recrutados para o trabalho. A soldada acontecia através de um processo pelo qual uma pessoa, necessitando de alguém para prestar serviços domésticos, se dirigia ao Juiz de Órfãos, solicitando o menor (menina ou menino), franqueando a eles um pagamento pelo trabalho a ser depositado periodicamente na Caixa Econômica.

Nesta relação de soldada, vários atores atuavam, entre eles o “menor”, o “ingênuo”. A promessa de instrução nos termos de soldada não foi recorrente nos termos analisados, mas corroboram as perspectivas do trabalho como forma de instrução. Acolhemos a hipótese de que as relações pedagógicas com o trabalho estavam implícitas nos termos.

Na soldada, o exercício do trabalho aparecia no texto do documento. Sendo assim, cremos que a atenção aos aspectos pedagógicos dos termos analisados não poderia faltar a essa investigação, pois os valores relativos ao trabalho estão imbuídos na aprendizagem de um ofício, o que contribuía para as políticas de combate à desordem social por parte dos libertos.

De acordo com Chalhoub (2001), o conceito de trabalho ganha uma valoração positiva na condição de princípio regulador da sociedade pós-abolição, dignificando o homem e identificando o trabalhador como um “homem de bem”. Ser de bem pressupunha ser

47Centro de Documentação Histórica: Termo de Soldada nº 104664411008.

trabalhador. Incutir nos menores ingênuos valores morais e hábitos de trabalho fazia parte de um projeto coercitivo junto às crianças e adultos das camadas populares, que empregou diferentes estratégias jurídicas, políticas, repressivas, mas também educacionais. Esses meninos e meninas tiveram seu cotidiano transformado pela obrigatoriedade do trabalho; enquanto plantavam e colhiam, aprenderiam a ter amor a terra, ainda que não se tornassem proprietários.

Em uma sociedade em que o tempo da infância era ainda impreciso, fluido – e também plural e variável conforme a clivagem dos grupos sociais e das condições de classe, etnia e gênero –, a vivência das experiências de cuidado, brincadeiras e folguedos infantis tendiam a terminar cedo, sobretudo para as crianças escravas, mas também para as livres e pobres, que ingressavam na aprendizagem dos ofícios e na execução de tarefas variadas [...] Para o ingresso no mundo do trabalho, as crianças escravas normalmente eram ensinadas pelos mais velhos, escravos e escravas, ou por pessoas livres, empregados e feitores de seus senhores. Poderiam ser também enviadas a aprender um ofício junto a um mestre em lojas e oficina (GONDRA e SCHUELER, 2008, p.225).

O aprendizado de um ofício também pode ter representado uma forma de liberdade social para esses menores. Estudos como os de Mac Cord (2010), discutindo a mobilidade social dos Ferreira de Bastos, e de Antônio Pereira Rebouças, nos ajudam a perceber que, mesmo diante dos obstáculos existentes acerca de cor da pele, esses trabalhadores ressignificaram suas trajetórias familiares através do conhecimento e do ensino de um ofício.

A pesquisa de Silva (2011) encontrou em Minas Gerais, em testamentos e inventários, a ação de pais dos menores criando uma teia de relações para que seus filhos aprendessem um ofício, principalmente os meninos. Havia a preocupação de muitos libertos de que seus filhos tivessem um fazer. Nas fontes investigadas para esta pesquisa, não foram identificadas ações de pais envolvidos diretamente nos trâmites referentes à soldada.

Aliado à "preocupação" política do destino dos menores e envoltos em leis como a repressão à ociosidade⁴⁸, pode-se dialogar com este fazer, que não era exclusivo do interior fluminense. E diante dos processos de escolarização da região, aventou-se a hipótese de que houvesse um medo latente de que mesmo esses menores do interior se tornassem revoltosos contra seus "patrões". Havia um "temor" em todos os lugares e, neste interior, não era

48 Ferreira Viana, Ministro da Justiça, logo após a abolição, apresenta um projeto de combate à ociosidade e com ele incentivou discussões densas sobre a libertação dos escravos, alegando que trariam desordem social. Era necessário contê-los e por isso precisavam estar arregimentados para o trabalho. Havia um medo de desordem, e para isto o recurso seria a repressão. Além disso, propunham-se uma educação das classes pela instrução, pela educação, e o trabalho como elemento pedagógico. O trabalho constitui uma virtude, e tendo virtude, haverá disciplina. (CURY, 2001; RIZZINI, MARQUES, 2012)

diferente neste aspecto.

Os estudos de infância por Ariès (1981), que investigam o lugar social da infância, como um lugar construído socialmente, contribuem para evitar possíveis anacronismos. Esses menores, que permaneceram como ingênuos mesmo após a abolição, estavam imbuídos de experiências que não podem ser esquecidas, maculadas ou menosprezadas. Todas as relações estabelecidas, entre elas a de permanência na fazenda ou ir fazer parte de uma instituição para menores, faziam com que esse aprendizado de um ofício tivesse um significado que não pode ser aqui dimensionado, requerendo-se para tal um investimento em pesquisas mais minuciosas sobre as experiências dessas crianças e jovens na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou como as instituições primárias do interior fluminense pressupunham a existência de uma cultura política, o que já se pode ver na dimensão da legislação direcionada para o controle e a regulamentação dessas escolas.

Ao pesquisar os processos de escolarização do interior fluminense, foi possível percorrer muitos caminhos desde o reconhecimento das riquezas da região até as relações estabelecidas pelas elites letradas ao utilizar a imprensa a serviço das questões políticas e sociais de tal sociedade.

A imprensa, explorada neste trabalho através do Almanach d'O Vassourense, se propunha imparcial, divertida e afirmava não aceitar testas de ferro, tendo colocado em evidência o cotidiano de Vassouras e da região, trazendo assuntos diversos, entre eles, a instrução, o analfabetismo, os professores e a necessidade de escolas. Isso atesta que o interior fluminense vivia sob uma política macro, que impunha, requeria a instrução, mas que levava em consideração quem eram esses sujeitos e quais as prerrogativas impostas às crianças do interior para o aprender.

Buscou-se discutir como essa política afetava diretamente a escola e os alunos negros, claramente distantes dos ideais étnicos da República, pois o interior fluminense, à época, foi mais que um espaço geográfico, constituindo-se como um conjunto de questões sociais e políticas que traziam para a capital da província inúmeras indagações e possibilidades. Ser professor, aluno, menor, ingênuo e liberto no Vale do Café era muito mais do que ter convivido de perto com a escravidão e com tudo que com ela vinha. Era imbuir-se de um processo de liberdade que perpassava a legislação. Era a experiência que se dava no dia a dia, através das lutas e embates, que ora vinham através da legislação, ora pelo seu não cumprimento.

Os diálogos com os autores e referenciais teóricos foram imprescindíveis para releituras das fontes com um novo olhar para a região, para a escola e seus sujeitos e para evitar uma contraposição radical entre escravidão e liberdade, que é uma construção ideológica realizada por muitos historiadores acerca do século XIX, impedindo-nos de visualizar a atuação política de escravos e livres, e como eles apareciam e eram também tornados invisíveis pelas estatísticas públicas e oficiais, que impunham credibilidade e

legitimidade nos resultados.

A expansão da escola que ia sendo construída no "Caminho Novo" e "Serra Acima" convivia com a questão da escravidão, do pós-abolição e com as políticas de ordenamento social e moralização da nação. As fontes utilizadas, sobretudo os relatórios da Instrução Pública, contribuíram para o estudo das lutas em torno da expansão da escola primária na região. Por meio dos relatórios foi possível analisar a postura das câmaras municipais, que restringiam os recursos, inviabilizando a abertura de escolas. Mas os pedidos, realizados, outorgados pela Assembleia, eram a voz de quem queria a instrução: professores, pais e um desejo pela escolarização de seus filhos, que certamente vislumbravam a escola como uma possibilidade de ascensão social.

Sucessivas reformas implementadas proporcionaram outras relações com a escola primária e outras formas de ensinar. Principalmente nesta pesquisa, o decreto nº 70, de 1890, da instrução obrigatória, inclusive para os tutores, trouxe reflexões sucessivas.

As escolas do interior fluminense se expandiram mediante leis e decretos que, embora fizessem parte de um âmbito maior, foram pensados para este interior, que distava da capital. Ser escola no interior fluminense era estar atento às questões da lavoura e da agricultura. Os alunos estavam sendo instruídos para ser cidadãos ordeiros, porém, sobretudo, para serem mão de obra para o trabalho agrícola. Isso é afirmado nos debates a respeito dos planos de ensino das escolas elementares do interior, nos relatórios e nas promessas de instrução.

O tema do terceiro capítulo é tutela e instrução. Foram analisados os processos de tutela de menores negros, procurando mostrar como os pedidos eram feitos e como os juízes de órfãos tinham um papel importantíssimo na mediação entre tutores e menores e as leis que versavam sobre a tutela. Geralmente os senhores das libertas tutelavam seus filhos ou os colocavam sob soldada, em que era expressa a prestação de serviços. Ao analisar esta fonte e sua recorrência pela promessa de instrução, outros fatores, como as questões de gênero, foram saltando das linhas, pois esses menores não tinham pais, de acordo com os pedidos, e suas mães eram sempre desmoralizadas, sendo isso utilizado como forte argumento no pedido de tutela. As relações familiares certamente são complexas, pois, diante da liberdade, as mães poderiam querer seus filhos, mas havia um "contrato". As implementações políticas do pós-abolição podem ter contribuído para o crescimento de tutela de menores no pós-abolição.

Certamente esses meninos e meninas, ao permanecerem longe de suas famílias, tinham estratégias de luta, entre elas, a fuga, como já foi visualizado nos termos. Os menores

mostraram o que faziam com o que faziam com eles. Diante da tutela, da soldada e do trabalho compulsório, a fuga e o envolvimento com crimes levaram senhores a desistir da tutela. O mundo da liberdade convivia tenuamente com o mundo da escravidão. Esses menores não viviam no anonimato, pois tinham rede de relações e parentesco, como nos confirma a fuga de uma das menores da fazenda para acompanhar sua mãe e se casar.

O trabalho, como exercício pedagógico, pode ter sido utilizado para o aprendizado de um ofício e como forma de sobrevivência e distinção das pessoas. Embora não se excluam as questões atreladas à violência e à perpetuação de práticas da escravidão, elas podem ter sido utilizadas para a busca de uma ascensão social. Certamente, ao se apropriarem de conhecimentos, eles se tornaram estratégias de liberdade, ainda que convivendo com práticas da escravidão, como castigos e trabalhos forçados.

A tentativa de dedicar esta pesquisa ao cotidiano de homens e mulheres comuns pode ter falhado em muitos aspectos. E um deles é a falta de investigação das trajetórias, principalmente dos menores tutelados. Esse fato aponta para pesquisas futuras para examinar como os menores tutelados seguiram após as iniciativas adotadas por seus tutores, ou após sair dos asilos para menores.

Estudos sobre a História Regional e História da Educação no XVII Congresso Brasileiro de História da Educação⁴⁹ apontaram a possibilidade de ampliar as perspectivas de análise da pesquisa, objetivando perceber possíveis permanências nas relações destes tutelados nas redes de sociabilidade do Vale. Possivelmente, muitos desses menores tenham sido atuantes em instituições públicas, como escritores dos jornais da região ou até na defesa de crianças tuteladas.

A investigação dos processos de escolarização da região contribui para afastar os silêncios ainda existentes sobre a história da educação fluminense, tanto do âmbito das políticas de instrução da população, quanto da cultura escolar. Além disso, existem ainda poucos estudos sobre a temática no que diz respeito à expansão da escola primária, assim como ao entendimento de quem eram seus sujeitos.

Este trabalho procurou dar uma contribuição para pensar a região do Vale do Café, as questões da expansão da escolarização primária e a presença de alunos negros nesta instituição. Certamente cabe uma investigação minuciosa de outros aspectos apresentados

49 No referido congresso, apresentei o trabalho “Tutela e instrução: Caminhos, significados e permanências no pós abolição (1888-1903)”, fruto dos resultados parciais da pesquisa de mestrado na modalidade de Comunicação Coordenada na Sessão Coordenada “História Regional e História da Educação: Construindo Circuitos e Fronteiras”, mediada pelas professoras Dr^a Amália Dias e Dr^a Rúbia Mar Nunes Pinto.

nesta dissertação, colaborando na expansão dos debates sobre a escola primária no interior fluminense, ainda que diante da dispersão e das lacunas dos fundos documentais e das dificuldades de acesso às fontes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁRIES, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2a Ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 1981.
- BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996. [trabalho publicado]
- BONATO, Nailda Marinho da Costa. “A Escola Normal: uma Escola para Mulheres? A Formação de Professores/as para o Ensino Primário no Rio de Janeiro do Império à República”. In: CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza e SILVA, Vera Lucia Gaspar da.(orgs). *Feminização do Magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: Edusf, 2002
- BASTOS, Ana Cristina do Canto Lopes. Autos de tutoria e contrato de órfãos (1891-1920): fonte para a história da educação. *III Congresso Brasileiro de História da Educação*. Curitiba: PUCPR, 2004.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Classificações raciais e formação do campo estatístico no Brasil (1872-1940). In: SENRA, Nelson de Castro. *Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados*. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de informações, 2010. P.229-263
- CAPUTE, Magda Elaine Sayão. *A dama dos diamantes negros e a educação em Vassouras: um estudo sobre o Instituto Profissional Feminino e Masculino Doutor Joaquim José Teixeira Leite (1930-1959)*. Dissertação. (Mestrado em Educação). UERJ, Rio de Janeiro, 2011.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. -3. Ed.- Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- CERTEAU, Michel. *Invenção do Cotidiano*. -3. Ed.- Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2001.
- _____. Paternalismo e escravidão em Helena. In: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. (pag.17-93)
- _____. *A força da escravidão : ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. — 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2012.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. *Cidadania Republicana e educação: governo provisório de*

Marechal Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891. Rio de Janeiro: DP&A,2001.

DEISTER, Sebastião. DEISTER, Sebastião. *O Sertão da Parahyba e o Caminho Novo das Minas*. Serra do Tingua: 300 Anos de Conquistas, Vol.1: Terras de Ontem, Serra de Sempre, Dedalus Informática Ed., Rio de Janeiro, 2004.

FARIA FILHO, Luciano M. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: _____. (org.). *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 90-125.

FONSECA, Marcus Vinicius da. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Orientação: Marta Maria Chagas de Carvalho. S.N, 2007.256 p. Tese de doutorado.

FRANCISCO, Raquel Pereira. *Laços da senzala, arranjos da Flor de maio: relações familiares e de parentesco entre a população escrava e liberta – Juiz de Fora (1870-1900)* / Raquel Pereira Francisco. – 2007.225 f. ; il.Orientador: Sheila Siqueira de Castro Faria.Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense.Departamento de História, 2007.

GIL, Natália de Lacerda. A produção dos números escolares (1871-1931): contribuições para uma abordagem crítica das fontes estatísticas em História da Educação. *Revista Brasileira de História*,vol.29,nº58, p.341-358 – 2009.

GONDRA, José Gonçalves. LEMOS, Daniel C.A. O que é um autor? In: A necessidade polimorfa da escola e o processo de fabricação da ordem escolar. In: *Revista Rio de Janeiro*, n.13-14,p.69-81, maio de 2004.

GONDRA, J. & SCHUELER, A. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*.São Paulo: Cortez, 2008.

LEMOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia.in: *O Brasil Imperial*, Vol.2 (1870-1880). Organização: Keila Grinberg e Ricardo Salles. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2009.(pag.401-449)

MAC CORD, Marcelo. *Uma família de artífices “de cor”*: Os Ferreira Barros e sua mobilidade social no Recife Oitocentista.p. 26-46.

MATTOS, Hebe. Raça e Cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil: In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Vol.III 1870-1889.p.15-37. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2008.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*: Os significados da liberdade no sudeste escravista,

Brasil Séc. XIX. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Ilmar R. *O tempo Saquarema. A formação do Estado Colonial*. Rio de Janeiro: Access, 2003.

MATTOS, Raimundo César de Oliveira. Imigrantes e sociabilidades no oitocentos - O caso de um comerciante português no Vale do Paraíba Fluminense. Texto integrante dos Anais do XX Encontro Regional de História: *História e Liberdade*. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010. p. 1-13.

NUNES, Clarice. CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da Educação e Fontes, In: GONDRA, José Gonçalves (Org.) *Pesquisa em História da Educação no Brasil: DP&A*, 2005. p. 17-62.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, FCC, n. 104, jul. 1998, p. 144-161.

PETRUCCELLI, José Luis . Café, escravidão e meio ambiente - o declínio de Vassouras na virada do século XIX. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 3, novembro 1994. p. 79-91.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

REMÓND, René. Uma história presente. In: *Por uma história política*. Editora: FGV 2003. p. 8-36.

RIBEIRO, Alexandre. O Fio do Novelo: processo de escolarização de crianças negras em Vassouras de 1889 a 1930. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* São Paulo, julho 2011.

RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativo: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição/* Ana Maria Lugão Rios e Hebe Maria Mattos. -Rio de Janeiro/; Civilização Brasileira, 2005.

RIZZINI, Irma. *Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.

RIZZINI, Irma; MARQUES, Jucinato de Sequeira. Os incorrigíveis da cidade: um estudo sobre a circulação das infâncias na Capital Federal (décadas de 1900 e 1910). In: LOPES, Sônia; CHAVES, Miriam(org.). *A História da Educação em Debate: Estudos comparados, profissão docente, infâncias, família e igreja*. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2012.

SILVA, Solange Maria da. *Estratégias e práticas educativas dos negros na comarca do Rio das Velhas, século XVIII* / Solange Maria da Silva. -UFMG/FaE, 2011. 147 f., enc, il. Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de

Educação. Orientadora : Thais Nivia de Lima e Fonseca.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX*. Senhores e escravos no coração do Império. _ Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SAVIANI, Demerval. *O legado educacional do breve século XIX brasileiro*. Campinas, SP. Autores associados, 2006. - (Coleção Educação Contemporânea)

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. *Educar e Instruir: a instrução popular no Rio de Janeiro*, Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1997. Orientadora: Martha Campos Abreu.

_____. A "infância desamparada" no asilo agrícola de Santa Isabel: instrução rural e infantil (1880 – 1886). *Revista Educação e Pesquisa*. vol.26 nº.1 São Paulo Jan./Jun. 2000.

_____.MAGALDI. Ana Maria Bandeira de Mello. *Revista Tempo* 2009. Educação Escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Revista Tempo*, 2009, Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n26a03.pdf. Acesso em 20 de abril de 2013

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo dos Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)* – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENRA, Nelson de Castro. *O Saber e o poder das estatísticas: uma história das relações estatísticas com os estados nacionais e com as ciências*. - Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação das Informações, 2005.

STEIN, Stanley. *Vassouras – RJ*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SOUSA, Ione Celeste de. Para os educar e bem criar: tutelas, soldadas e trabalho compulsório de ingênuos na Bahia -1878-1897. *ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – Fortaleza, 2009.

THOMPSON, E. P. Educação e experiência. In: *Os românticos*. A Inglaterra na era revolucionária. Trad. Sérgio Moraes Rego Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. No Interior da Sala de Aula: Ensaio sobre cultura e práticas escolares. *Currículo sem fronteiras*, v. 9, n.1, pp.25-41, Jan/Jun. 2009. Disponível em:

www.curriculosemfronteiras.org - Acesso em 20 de março de 2012.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de La educación e historia cultural - posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.º, p.63-82, set._dez., 1995.*

ZERO, Arethuzza Helena. *O preço da liberdade: caminhos da infância tutelada* – Rio Claro (1871-1888) I Arethuzza Helena Zero. -- Campinas, SP : [s.n.], 2004. Orientador: Wilma Peres Costa. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia .

FONTES

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA – VASSOURAS – RJ

Documento 103664371008a – Relação dos menores ingênuos da Fazenda de São Roque

Documento 103664371008b – Pedido de Solda por Francisco Alvares de Oliveira

Documento 103664371008b – Contrato de Locação dos serviços de menores por Francisco Alvares de Azevedo.

Documento 104664411008 – Desistência de Contrato de Locação do menor Cesário

Documento 104664110976 – Requerimento para contrato de locação de serviços de menores

Documentos do Fundo 186

Documento 188019101888– 10/07/1888- Autoação de Raymundo do Espírito Santo Fontenelle pedido de tutela

Documento 104664110989– 11/09/1891 – Pedido de João Corrêa do Brasil - Proprietário agrícola em Paty do Alferes

Termo de Tutela 19/04/1893 – Termo de desistência do menor Cesário pelo Comendador Quintiliano Caetano de Fraga.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OBRAS CONSULTADAS

RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA – 1886

RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA – 1895

RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA – 1896

RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA - 1897

JORNAL O PARAHYBA DO SUL. 21 de dezembro de 1905.

COLLECÇÃO DE DECRETOS, ACTOS E DECISÕES DO GOVERNO DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO – 1876. Rio de janeiro: Typografia Montenegro, 1878.(p.267-339)

COLLECÇÃO DE DECRETOS, ACTOS E DECISÕES DO GOVERNO DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO – 1887. Rio de janeiro: Typografia Montenegro, 1891.(p.143)

COLLECÇÃO DE DECRETOS, ACTOS E DECISÕES DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – 1890. Rio de janeiro: Typografia Montenegro, 1891.(p.81-88)

COLLECÇÃO DE LEIS, LEI NÃO SANCIONADA ACTOS E DECISÕES DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – 1893 – Vol.1. Rio de janeiro:Typografia Montenegro, 1894.

FUNDO DE PRESIDENCIA DE PROVÍNCIA

Documentos Consultados

Notação 0218 – Construção e reparo de Escolas em Paraíba do Sul.

Notação 415 – Cartas referentes aos professores.

Notação 480 – Cartas de Professores

Notação 0482 – Quadro histórico das escolas públicas.

Notação 0755 – Registro de pagamentos de aluguéis.

Notação 0779 – Documentos referentes a Paty do Alferes e Paryba do Sul – Obras.

Notação 1025 – Ensino noturno em Vassouras.

Notação 1030 – Criação de escolas públicas (1872-1879)

Notação 1126 – Criação de Escola Pública – Código de Postura.

Notação 1163 – Suspensão de Ensino em Escola Pública.

Notação 1220 – Criação de Escolas (1869-1909)

Notação 1225 – Criação de Escolas (1884)

FUNDO DE PRESIDÊNCIA DE ESTADO (1889_1910)

Obras Consultadas

Notação PE² 4.1.1 -

Ofícios, circulares- Diretoria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução. (1889-1934)

Notação PE²

4.3.1 - Diretoria Geral de Instrução/Inspetoria de Instrução- pagamentos /solicitação de ajuda de custo (1902/1915)

Notação PE²

4.3.2 - Relatórios, Ofícios (Manuscritos e impressos)- Correspondência recebida pela secretaria do Governo do Estado -Diretoria Geral de Instrução/Diretoria de Escolas e Liceus.

Notação PE²

9.1- Ofícios, Plantas, Mapas, Relatórios, Listas(manuscritas e datilografadas) - Designação para escolas(1890/1940)

Notação PE³ - 9.3 Hospedarias para imigrantes em Paraíba do Sul.

Notação PE³- Construção de Rede Geral de Esgotos em Paraíba do Sul (1890-1905)

Notação -12.7 - Doação de terras para construção de escola pública

Notação PE⁷- Exoneração (1893/1923)

Notação PE⁷

1.3.3

Coleção: 93.3 – Livro de Registro Civil 1891 e 1895

Notação PE⁷² - Comunicado , manuscrito – pagamento de alugueis para escolas, suspensão de atividades do professor;propostas do professor;1889/1906

Notação PE⁷

^{2.1} - Relatório ofício, atestado-Exame na segunda escola feminina em Paraíba do Sul.

Notação PE^{3.1} - Provedorias de casa de caridade.

FONTES DIGITALIZADAS

ALMEIDA, Cândido Mendes de (org.). Ordenações Filipinas. Vols. 1 a 5. Rio de Janeiro de 1870. Disponível em: <http://www.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>. Acesso em 10 de

agosto de 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Núcleo de Pesquisa em História Econômica. Disponível em: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br> .Acesso em 01 de fevereiro de 2013.

Relatórios de Presidencia de Província e Estado -PROVINCIAL PRESIDENTIAL REPORTS (1830-1930) - Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial>

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA -Disponível em: <http://www.dicio.com.br/sesmaria>. Acesso em 24 de abril de 2013

BIBLIOTECANACIONAL.Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/> .Acesso em outubro de 2012.

ALMANACH DO VASSOURENSE. 1887, 1888 e 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706361&PagFis=&Pesq=biblioteca> – acesso de dezembro de 2012.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em:<http://www.academia.org.br> . Acesso em fevereiro de 2013.

JORDÃO, Lia. O café de antigamente. Revista de História. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/por-dentro-do-documento/o-cafe-de-antigamente>. Acesso em 25 de abril de 2013.

Ordenações Filipinas. Livro 1, Título 88, Itens 15 e 16, p. 212. Texto disponível em:

<<http://www.uc.pt/ihti/filipinas/ordenacoes.htm>>. Acesso em 20 de setembro de 2013.

BIBLIOTECA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Livro de Decretos, Actos e Decisões do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Niterói. Typ. Montenegro, [1887, 1890].

ANEXOS

Anexo A

Jornal O Parahyba do Sul – 21/12/1895



Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - Fundo de Presidente de Estado.

Anexo B

Quadro da Estatística Escolar do Estado do Rio de Janeiro (1886-1895)

Quadro da estatística escolar do Estado do Rio de Janeiro, relativo ao decennio de 1886 a 1895

ANNOS	NUMERO DE ESCOLAS		ALUMNOS		CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTARIA	DESPEZA	
	PUBLICAS	SUBVENZIONADAS	MATEICULA	FREQUENCIA		FOR	FOR
						ALUMNO MATRICULADO	ALUMNO FREQUENTE
1886	620	200	23.159	15.447	932:2308000	418592	628292
1887	633	213	25.984	17.322	929:5108000	358772	538907
1888	633	213	24.642	19.094	1.069:8308000	372037	558558
1889	658	213	24.858	19.638	942:9408000	328613	479970
1890	857	214	35.374	29.582	1.082:5698793	308003	468339
1891	625	207	31.501	20.171	917:5708193	298123	458489
1892	614	—	26.545	17.472	1.352:009000	508932	778350
1893	627	—	25.758	17.172	1.312:900800	508974	708413
1894	767	—	26.327	17.511	1.850:800800	708612	1.08207
1895	805	—	27.195	18.070	2.311:008000	858251	1278301

Directoria da Instrução, 31 de Julho de 1896.

João Joaquim Gonçalves.
CHEFE DE SECÇÃO

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - Fundo de Presidente de Estado.

Anexo C

Quadro Geral da Estatística de Escolas no Rio de Janeiro no ano de 1897.

Quadro geral da Estatística Escolar do Estado do Rio de Janeiro no anno de 1897

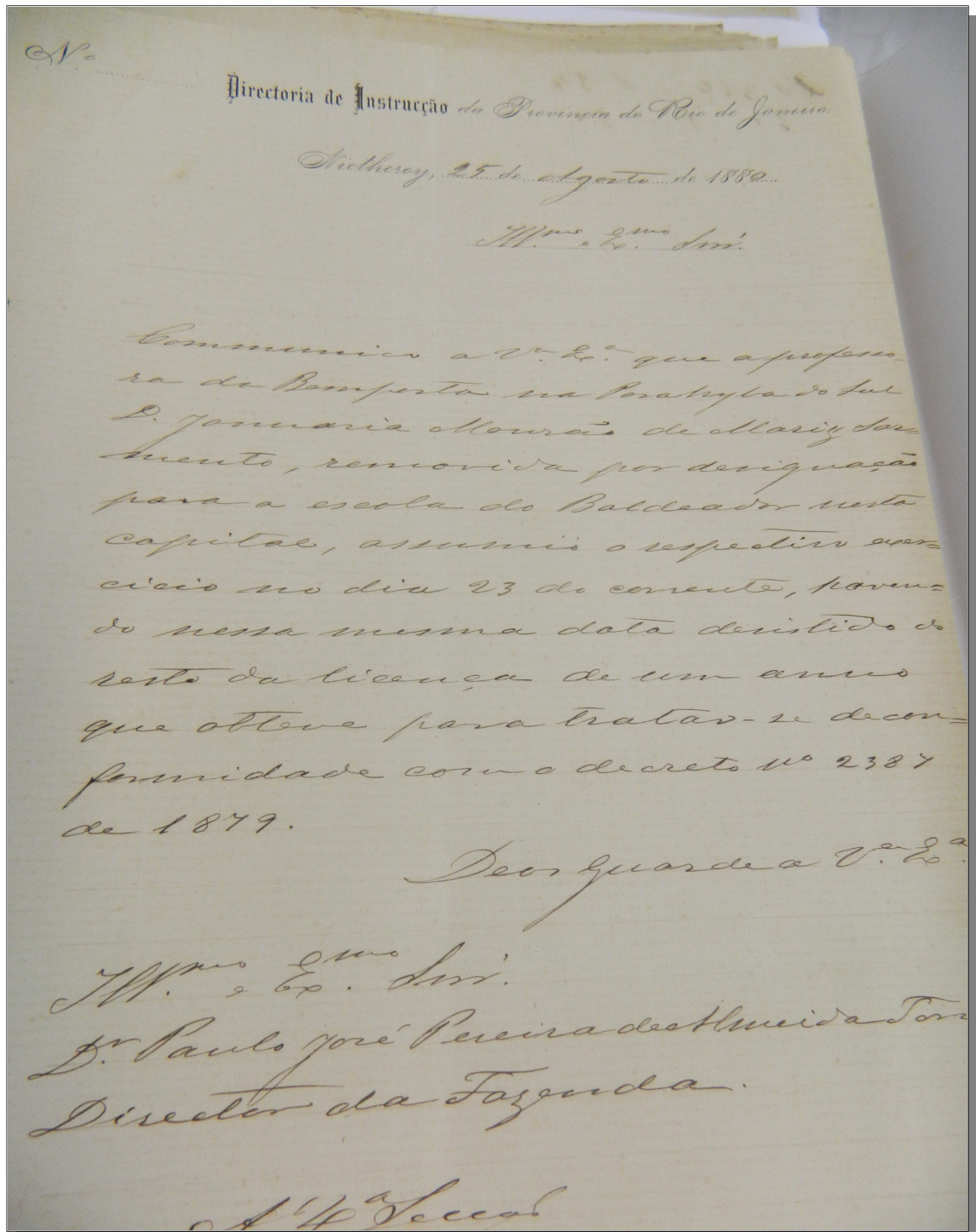
MUNICIPIOS	POPULAÇÃO ESCOLAR	MATRICULA NAS ESCOLAS			FREQUENCIA NAS ESCOLAS			OBSERVAÇÕES
		Sexo masculino	Sexo feminino	Total	Sexo masculino	Sexo feminino	Total	
Angra dos Reis.....	4,092	537	180	717	234	119	353	
Araruama.....	5,53	583	166	749	193	68	261	
Barra Mansa.....	5,201	291	264	555	161	132	293	
Barra do Piraty.....	2,291	204	106	310	115	66	181	
Barra de S. João.....	2,524	295	50	345	93	73	166	
Bom Jardim.....	2,861	80	50	130	70	56	126	
Campo.....	2,925	221	145	366	131	96	227	
Cantagallo.....	6,991	7	42	49	44	26	70	
Campos.....	4,520	217	110	327	92	51	143	
Cantagallo.....	5,171	104	56	160	60	37	97	
Capivary.....	4,430	31	37	68	23	30	53	
Cabo Frio.....	2,174	77	79	156	61	37	98	
Cambury.....	2,412	171	103	274	173	97	270	
Carmo.....	4,170	265	296	561	166	106	272	
Duas Barras.....	4,777	672	163	835	334	125	459	
Iguassu.....	3,491	340	171	511	215	129	344	
Ribombay.....	8,481	454	68	522	340	123	463	
Itaguary.....	2,313	32	68	100	29	49	78	
Itaperuna.....	7,878	434	297	731	274	191	465	
Itaolândia.....	4,601	206	44	250	131	201	332	
Macabé.....	2,217	196	44	240	174	107	281	
Magé.....	3,192	322	208	530	377	26	403	
Mangemilim.....	1,295	1,295	1,761	3,056	772	82	854	
Maricá.....	9,738	215	131	346	168	1,036	1,204	
Matias.....	3,853	327	149	476	185	126	311	
Niterói.....	7,321	222	199	421	180	82	262	
Nova Friburgo.....	2,610	823	47	870	311	98	409	
Paraty.....	5,327	280	193	473	195	248	443	
Paraty.....	4,422	180	163	343	195	17	212	
Patropolis.....	7,230	686	57	743	129	17	146	
Piraty.....	5,916	278	119	397	293	197	490	
Resende.....	2,161	338	169	507	201	93	294	
Rio Bonito.....	3,448	236	126	362	201	79	280	
Rio Claro.....	4,961	279	46	325	165	91	256	
Sant'Anna de Maricá.....	8,912	28	501	529	176	113	289	
Santo Antonio de Pádua.....	4,529	660	193	853	18	99	117	
S. Fidelis.....	3,340	270	76	346	258	26	284	
S. Francisco de Paula.....	4,094	236	74	310	172	257	429	
S. Gonçalo.....	3,720	299	85	384	179	125	304	
S. João da Barra.....	4,710	95	48	143	109	63	172	
S. João Marcos.....	4,803	111	104	215	46	41	87	
S. Pedro d'Aldeia.....	2,376	109	72	181	56	39	95	
S. Sebastião do Alto.....	2,721	100	195	295	80	32	112	
Santa Maria Magalhães.....	5,423	61	28	89	54	61	115	
Santa Theresia.....	3,662	27	28	55	208	48	256	
Sapucaia.....	3,339	130	223	353	20	162	182	
Sapucaia.....	3,342	171	171	342	97	37	134	
São João de Onofre.....	6,883	440	171	611	249	28	277	
Valença.....	8,153	395	171	566	213	119	332	
Vassouras.....	242,626	16,159	9,866	26,025	9,587	11,438	21,025	

Diretoria da Instrução, 31 de Julho de 1898.

Rio de Janeiro, 31 de Julho de 1898.

Fonte: Relatório de Instrução Pública 1895 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Anexo D
Comunicado sobre remoção de professor



Comunicado sobre a remoção da professora Januária Mourão Sarmento de Parahyba do Sul para uma escola da Capital. Ainda informa que a professora desistiu da licença médica a que tinha direito.

Fonte: Notação 415 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – Fundo de Presidência de Estado.

Anexo E

Comunicado sobre substituição e transferência de professores em Vassouras
(24/01/1880)

N.º
 Directoria de Instrução da Província do Rio de Janeiro.
 Niterói, 24 de Janeiro de 1880.

S. m. s. e. c.

Communico a V. S.ª que o professor substituto Pedro de Alcântara da Rocha Braga assumio no dia 21 do corrente a regencia da escola da cidade de Vassouras, por ter entrado nessa data no gozo da licença concedida pelo Governo o respectivo professor Antonio Caetano da Rocha Braga.

Deus Guarde a V. S.ª

S. m. s. e. c. Dr. Paulo J. P. A. Torres
 Director da Fazenda.

A 4.ª Secção
 26 - 1 - 80

Anexo F -

Cartas de Professores sobre escola de Sacra Familia do Tingua - Vassouras

19/06/1906

M^{me} Sr^{te} Manuel Alves de Aguiar Machado
 M^{do} Suspeito Juiz da Instancia

Communico - vos que recbi heute um
 officio de professor de Sacra Familia do
 Tingua, D^{ca} Joaquina Paulina da Piedade Lemp,
 fazendo-me saute & porem estado em
 1-1-6 que se acha o predio onde funciona a es-
 cola de referida localidade

No mencionado officio, a professora diz que
 pelo estado do predio, a sua penna e os
 alumnos acham-se em perigo.

Sob as mds condicoes do predio ja tive
 occasiao de officiar ao Joomo por dois
 mezes, sendo a primeira, porem depois de
 ter sido nomeado Alejo de Escobar e a seguir
 6 annos parados.

Julgo necessario reparar-se o predio,
 que e proprio do Estado, ou ser contra-
 tado um outro particular para funcio-
 nament de escola.

Por - vos suspeito, com urgencia,

ANEXO G

O Vassourense

O VASSOURENSE

OITAVO ANNO

Periodico Imparcial, Noticioso e Litterario
Publica-se aos Domingos

REDACTOR

DR. LUCINDO FILHO

COLLABORADORES

Dr. Domingos de Almeida, Dr. Nuno Alvares, Francelio Marques, Dr. Gonçalves da Carvalho, Dr. Raymundo Corrêa, Dr. Lucio de Mendonça, Alberto Brandão, Dr. Rodrigo Octavio, Alberto de Oliveira, Lameira de Andrade, Dr. Jorge Pinto, Olavo Bilac, Dr. Augusto de Lima, Domiciano Pinto, Dr. Avellar Fernandes, Dr. Valentim Magalhães, Alfredo Pujol e J. Ricardo de Albuquerque,

GERENTE

JOÃO JULIÃO MANSO SAYÃO

ACCRITÃO-SE

com especial agrado informações com relação á lavoura, á industria e aos melhoramentos e interesses das localidades vizinhas e todas as que forem de interesse geral.

Não se admittem testas de ferro

ASSIGNATURA ADIANTADA

Por anno. 10\$000

Anuncios, 100 rs. por linha.

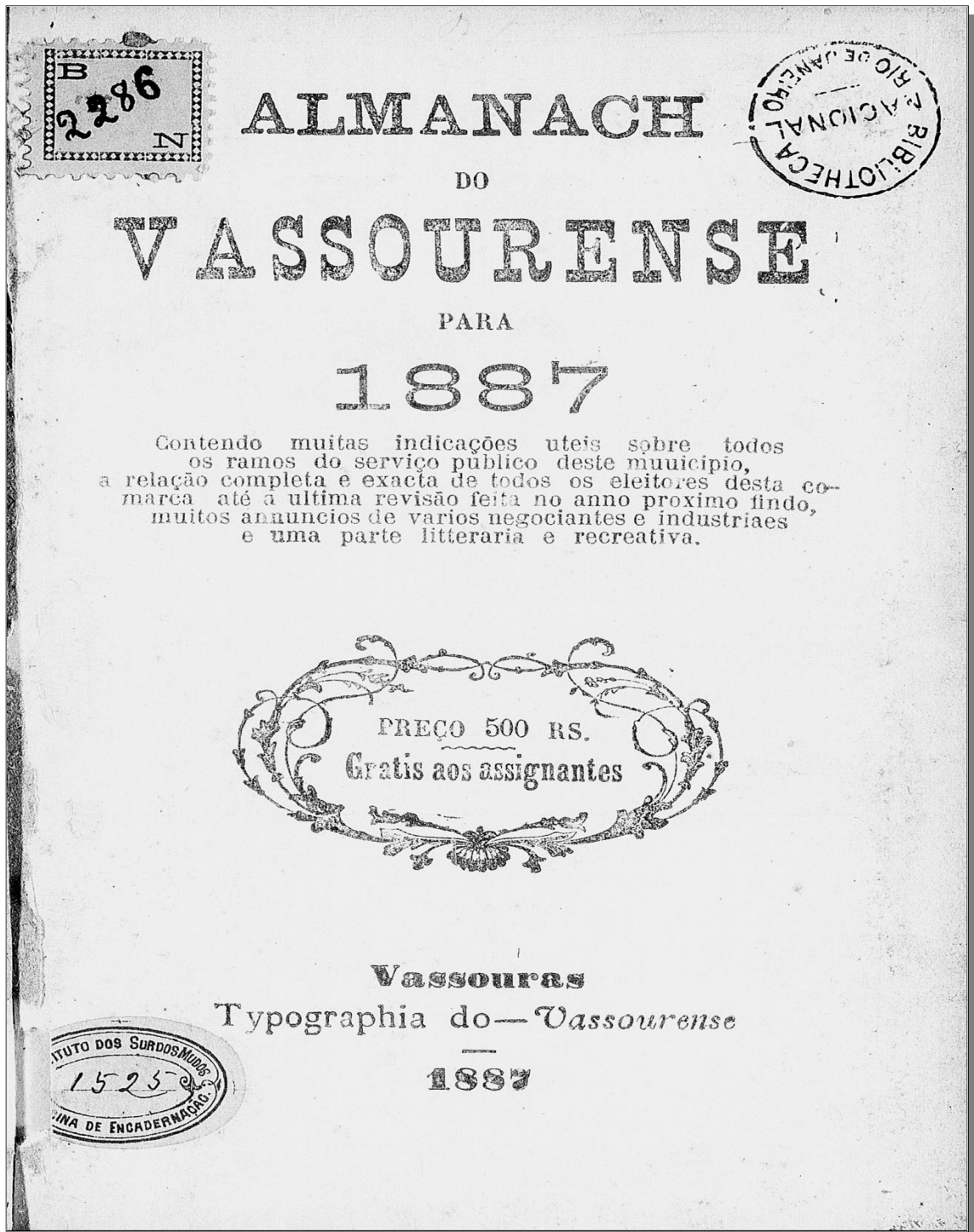
Repetições per mais de tres vezes pelo preço que se convencionar.

As assignaturas são pagas ao gerente ou aos srs. Cardoso, Pereira de Lima & C., á rua João Alfredo n. 34, Córte.



Anexo H

Primeira edição d'O Almanach do Vassourense -1887



Fonte: O Almanach d'O Vassourense 1887

Anexo I

Segunda edição d'O Almanach do Vassourense -1888

ALMANACH
DO
VASSOURENSE
PARA
1888

Contendo muitas indicações uteis sobre todos os ramos do serviço publico deste municipio: a relação exacta de todos os eleitores desta comarca incluídos até Dezembro proximo findo, a officialidade da Guarda Nacional, muitos annuncios de varios negociantes e industriaes quer deste municipio, quer de outros lugares e uma parte litteraria e recreativa muito mais augmentada que a do ALMANACH do anno passado.



Vassouras
Typographia do — *Vassourense*
—
1888



Fonte: O Almanach d'O Vassourense 1888

Anexo J
 Ultima Edição do Almanach – 1889

ALMANACH
 DO
VASSOURENSE
 PARA
1889

Contendo muitas indicações uteis sobre todos os ramos do serviço publico deste municipio; as alterações feitas no alistamento eleitoral até Dezembro proximo findo, muitos annuncios de varios negociantes e industriaes quer deste municipio, quer de outros lugares e uma parte litteraria e recreativa muito escolhida.



Vassouras
 Typographia do — *Vassourense*
 —
 1889

Anexo K

Iniciativas particulares de instrução

— 8 —

COLLEGIO ALBERTO BRANDÃO
VASSOURAS

Este estabelecimento continua a funcionar em Vassouras, estando a sessão dos meios e menores fixada no palacete Furquim e a dos maiores em outro predio na mesma rua.

Em virtude das disposições tomadas pelo actual sr. ministro do imperio, tornando effectivo o estudo do allemão, já foi contractado um habil professor para essa lingua, cuja classe se abrirá no corrente mez.

Todos os preparatorios serão leccionados no collegio ALBERTO BRANDÃO, respeitando o regulamento do governo e de accordo com o programma do Imperial Collegio Pedro II.

PENSÕES

Internato

Pensão trimestral, para maiores.	120\$000
Idem, para menores.	100\$000
Lavagem de roupa (trimestre).	24\$000
Joia de entrada.	20\$000
Uso de materiaes (trimestre).	10\$000
Gymnastica.	5\$000

Externato

Pensão trimestral para estudos secundarios	45\$000
Idem, idem para estudos primarios.	30\$000
Gymnastica.	6\$000

Meio-Pensionato

Pensão trimestral.	90\$000
Uso de materiaes.	10\$000

O director, *Alberto Brandão*.

Anexo L
Escolas Particulares

— 55 —

Martha e Maria dizião:

— Abençoado sejas tu, Nazareno, que nos restitu-
iste nossso irmão! E o Mestre se dirigia aos seus dis-
cipulos:

— Vamos emfim a Jerusalém, para que se cumpra
no filho do homem o que os prophetas escrevêrão!

NUNO ALVARES.

BARRA DO PIRAHY

Collegio de Nossa Senhora do Patrocinio

O collegio de Nossa Senhora do Patrocinio, fundado e dirigido ha muitos annos por D. Josephina Amalia Pereira de Souza, acha-se actualmente installado neste logar, do lado de Vassouras, em um magnifico predio, inteiramente apropriado aos seus fins, por conter vastas salas, quartos claros e bem arejados, proprios para um grande internato.

Recebem-se pensionistas, meio-pensionistas e externas.

As pensões serão de 120\$ trimensaes para as pensionistas, 90\$ para as meio-pensionistas e 10\$ mensaes para as externas, tudo pago adiantadamente.

Para duas ou mais irmãs haverá reduccão nas mensalidades e joias, conforme se acha especificado nos estatutos que são fornecidos a quem os pedir.

Anexo M

Anúncio de serviço de professores

— 48 —

Luiz Alves Monteiro

Professor do collegio Alberto Brandão

Ensina portuguez, francez e inglez,
*E lecciona em casas particulares dentro
 ou fóra da cidade*

RESIDENCIA

18 Rua do Visconde de Araxá 18
 VASSOURAS

SORRENTO

Neste aprasivel sitio distante um kilometro
 desta cidade, propriedade de Antonio Baptis-
 ta Corrêa e Castro Junior,

Vende-se

Lenha, Fabá de milho, Polvilho, Legumes
 de todas as qualidades, Ovos, Gallinhas, etc.

TUDO BOM E BARATO

Vassouras

ANEXO N

— 85 —

Creção da villa do Paty do Alferes

Eu El-Rei, faço saber aos que este alvará com força de lei virem; que sendo-me presente em consulta da mesa do meu desembargo do paço a necessidade que ha de se crear uma villa na freguezia de Nossa Senhora da Conceição do Alferes, do termo desta cidade, afim de facilitar aos seus habitantes que passam de oito mil, a mais prompta administração da justiça, e obviar-lhes os graves incommodos e prejuizos que experimentam em virem frequentemente a esta Côrte demandar os seus recursos na distancia de vinte e cinco a trinta leguas: e verificando-se pelas informações do actual ouvidor da comarca, e vistoria, e averiguações legaes, a que elle procedeu, não haver outro algum local dentro daquella freguezia mais adequado para nelle se erigir a dita villa do que o que offerce o sitio denominado do Paty, não só por ser o mais plano e mais central, e crusarem alli as estradas das duas freguezias convisinhas, que devem constituir o districto da mesma villa mas tambem por se acharem nelle já estabelecidas muitas habitações, que formão uma especie de arraial com capacidade e proporções vantajosas para novos edificios, sendo por isso o mais proprio para o assento da igreja matriz, e consequentemente para a mais opportuna e facil administração dos sacramentos; tendo consideração a todo o referido, e ao mais que se expoz na mencionada consulta, em que foi ouvido o desembargador procurador da minha corôa e fazenda:

Hei por bem crear no sobredito lugar do Paty uma villa com a denominação de *Villa do Paty do Alferes* que terá por termo todo o territorio entre as villas de S. João do Principe e de S. Pedro de Cantagallo, limitando-se ao norte pela serra da Mantiqueira e pelo rio Parahybuna, e ao sul pelo seguimento da serra do Mar e

ANEXO O

— 59 —

Medalha antiga*(L. de Lisle)*

Este, sim! viverá por seculos e seculos,
Vencendo o olvido. Soube a sua mão deixar,
Ondeando no negror do onyx polido e rutilo,
A alva espuma do mar.

Com o sol, bella e radiosa, o olhar sorprezo e extatico,
Vê-se Kypre, á feição de uma jovem princeza,
Mollemente emergir á flor da face tremula
Da liquida turqueza.

Nua a deusa, nadando, a onda dos seios tumidos
Leva diante de si, amorosa e sensual :
E a onda sensual do mar borda de argenteos floculos
Seu pescoço immortal.

Livre das fitas, solto em quedas de ouro, espalha-se
Gottejante o cabello : e seu corpo encantado
Brilha nas agoas, como, entre violetas humidas,
Um lyrio immaculado.

E nada, e folga ; emquanto as barbatanas asperas
E as fulvas caudas no ar batendo, e em derredor
Turvando o Oceano, em grupo os delphins atropellam-se
Para a fitar melhor.

OLAVO BILAC.

ANEXO P

Valorização da região com resgate a fundação da Vila de Vassouras

— 87 —

mento desde alvará haja de pertencer, o cumprão e guardem, e fação cumprir e guardar como nelle se contém, não obstante quaesquer leis, alvarás, regimentos, decretos ou ordens, que o contrario determinem; porque todos e todas hei por derogadas, como se delles e dellas fizesse expressa e individual menção para o referido effeito sómente, ficando aliás sempre em seu vigor. E valerá como carta passada pela chancellaria, posto que por ella não ha de passar, e o seu effeito haja de durar mais de um anno, sem embargo da ordenação em contrario. Dado no Rio de Janeiro a 4 de Setembro de 1820. Com a rubrica de Sua Magestade. Regist. na secret. do desemb. do Paço do Brazil, no Liv. 2.º, a fl. 126, e impr. na impressão regia.

Crenção da villa de Vassouras

O decreto de 15 de Janeiro de 1833, promulgado pela regencia trina composta de Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho e João Braulio Muniz, referendado pelo ministro de imperio Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro, dispoz no art. 4º: Fica extincta a villa do Paty do Alferes, e em seu lugar erecta em villa a povoação de Vassouras, comprehendo no seu termo as freguezias de Sacra-Familia e Paty do Alferes.

Este decreto teve por fim attender á urgente recommendação do art. 3 do codigo do processo criminal, para se fazer nova divisão das provincias em termos e comarcas, competindo tal attribuição ao governo geral na provincia do Rio de Janeiro.

Crearão-se mais pelo referido decreto de 15 de Janeiro de 1833 as villas de S. João de Itaborahy, Parahyba do Sul e Iguassú, extinguindo-se a de S. José d'El-Rei, além da do Paty do Alferes.

Na mesma data um decreto firmado pelo ministro da justiça Honorio Hermeto Carneiro Leão, dividio a provincia do Rio de Janeiro em seis comarcas, pertencendo